

POVOS INDÍGENAS EM CONTEXTOS URBANOS NA AMÉRICA LATINA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA REALIDADE BRASILEIRA¹

MARLISE ROSA²

MUSEU NACIONAL/UFRJ, BRASIL
<https://orcid.org/0000-0002-2530-0881>

RODRIGO REIS³

UFAM, BRASIL
<https://orcid.org/0000-0002-1650-9800>

RESUMO: *Este texto introduz o dossiê “Povos indígenas em contextos urbanos na América Latina”, que reúne um conjunto de artigos sobre as experiências de populações indígenas em áreas urbanas na Argentina, Bolívia, Brasil, Guiana, México, Uruguai e Venezuela. Nele, propomos um diálogo com as experiências latino-americanas a partir da realidade brasileira. Além de apresentarmos, de forma sucinta, cada um dos artigos que compõem o dossiê, indicamos que a presença indígena em cidades é um fenômeno que mantém continuidade histórica e refletimos sobre as circunstâncias e motivações dos deslocamentos. Também apresentamos algumas hipóteses para o pouco interesse da etnologia indígena brasileira por essa temática, acompanhadas por um mapeamento de teses e dissertações desenvolvidas no âmbito de programas de pós-graduação em antropologia. Buscamos ainda indicar as tendências e vinculações teóricas desses estudos, situadas, grosso modo, a partir de três correntes principais. Com o dossiê, pretendemos contribuir para a visibilidade da presença indígena em cidades latino-americanas, estimulando não somente o debate acadêmico, mas também a atuação política, a fim de que a situação de domicílio não continue sendo um determinante para a garantia dos direitos dessa população.*

PALAVRAS-CHAVE: *indígenas em contextos urbanos, indígenas em cidades, cidades latino-americanas.*

ABSTRACT: *This text introduces the dossier “Indigenous peoples in urban contexts in Latin America”, which brings together a set of articles on the experiences of indigenous populations in urban areas in Argentina, Bolivia, Brazil, Guyana, Mexico, Uruguay, and Venezuela. In it, we propose a dialogue with Latin American experiences from the Brazilian reality. In addition to briefly presenting each of the articles that make up the dossier, we indicate that the indigenous presence in cities is a phenomenon that maintains historical continuity and we reflect on the circumstances and motivations of displacements. We also present some hypotheses for the little interest of Brazilian indigenous ethnology for this theme, accompanied by a mapping of theses*

¹ Agradecemos à Mariana Albuquerque Dantas pela leitura e valiosas considerações para a elaboração deste texto.

² Doutora em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ). Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED) na mesma instituição. E-mail: marlise.mrosa@gmail.com.

³ Doutorando em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ). Professor no Instituto Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas (INC/UFAM), em Benjamin Constant (Amazonas). E-mail: roliveiraam@ufam.edu.br.

and dissertations developed within the scope of graduate programs in anthropology. We also seek to indicate the trends and theoretical links of these studies, situated, roughly speaking, from three main currents. With the dossier, we intend to contribute to the visibility of the indigenous presence in Latin American cities, stimulating not only the academic debate, but also political action, so that the domicile situation does not continue to be a determinant for the guarantee of the rights of this population.

KEYWORDS: *indigenous in urban contexts, indigenous in cities, Latin American cities.*

Introdução

Este artigo introduz o dossiê da *Espaço Ameríndio* sobre a presença indígena em contextos urbanos na América Latina. Cientes da ainda diminuta produção antropológica sobre o tema, propomos o dossiê com o intuito de construir um panorama sobre as realidades dos povos indígenas em cidades latino-americanas. Nesse esforço, reunimos um conjunto de artigos que contempla experiências de populações indígenas em áreas urbanas na Argentina, Bolívia, Brasil, Guiana, México, Uruguai e Venezuela.

O texto está organizado em cinco seções que, em termos gerais, apresentam o “estado da arte” dos estudos sobre povos indígenas em contextos urbanos realizados pela antropologia brasileira, propondo, desse modo, um diálogo com as experiências latino-americanas a partir do Brasil. Na primeira seção, por meio do recurso à historiografia e à demografia, demonstramos que a presença indígena em cidades é um fenômeno que mantém continuidade histórica, tendo sua permanência e seu crescimento identificados pelos censos nacionais. Na seguinte, falamos sobre as circunstâncias e motivações dos deslocamentos indígenas para as cidades, indicando também os desafios e violações de direitos que marcam o cotidiano dessas populações nos espaços urbanos.

Na seção três, focalizamos a produção antropológica brasileira sobre indígenas em cidades, apresentando desde hipóteses para o pouco interesse da etnologia indígena sobre essa temática até o mapeamento de teses e dissertações realizadas no âmbito de programas de pós-graduação em antropologia. As tendências e vinculações teóricas desses estudos, situadas, grosso modo, a partir de três correntes principais, são objeto da seção quatro. Na seção cinco, por fim, apresentamos de forma sucinta cada um dos 17 artigos que compõem o dossiê, evidenciando suas devidas contribuições para o debate acadêmico e político sobre a presença de indígenas em cidades do Brasil e de outros países da América Latina.

Aspectos históricos e demográficos

Os povos indígenas, desde tempos imemoriáveis, fazem parte da formação de cidades no continente latino-americano. No caso brasileiro, remonta ao período colonial, quando, ao serem deslocados coletivamente de seu lugar de origem e aldeados em espaços limitados sob a supervisão dos missionários, os indígenas passaram a trabalhar em atividades do interesse dos colonos ou da administração para a produção de alimentos ou produtos de exportação (MONTEIRO, 1994; SCHWARTZ, 2011), além da prestação de serviços variados nas vilas e cidades.

As aldeias missionárias tinham a função de fornecer trabalhadores indígenas para as obras públicas e serviços para os quais não eram necessários especializações, sobretudo aqueles que requeriam força física (ALMEIDA, 2013). Os indígenas, “mobilizados ainda pacificamente,

concorreram decisivamente para a construção das cidades, na edificação de igrejas, fortes e outras obras públicas” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 169), em Olinda (Pernambuco), Recife (Pernambuco), Salvador (Bahia), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), entre outras. Eles também compunham uma parte substancial das tropas que combatiam os indígenas que se rebelavam contra o domínio português e os invasores franceses (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014; 2016).

Os missionários se mantiveram à frente dos aldeamentos religiosos e secularmente até meados do século XVIII, quando a administração temporal foi delegada a um funcionário da Coroa portuguesa, o Diretor de Índios. Leis criadas nesse mesmo período elevaram as aldeias mais populosas à categoria de vilas, determinando que as terras fossem distribuídas entre as famílias residentes (DANTAS, SAMPAIO e CARVALHO, 1992). De acordo com Moreira (2019, p. 148), em especial a Lei de 7 de junho 1755, garantiu aos indígenas os mesmos direitos políticos concedidos aos portugueses, o que os levou a ter importante atuação nas câmaras das vilas tanto como membros do senado quanto como súditos que faziam desses locais espaços de reivindicação. Assim, operacionalizavam “seu poder administrativo ou suas prerrogativas legais e nobiliárquicas para defender suas terras e lutar por condições dignas de trabalho, tanto a serviço de outros quanto em suas roças” (COSTA, 2020, p. 99). Deve-se notar, porém, que embora a legislação pombalina tenha dado preferência aos indígenas para a ocupação dos cargos de vereadores e oficiais da Justiça, a figura tutelar do Diretor de Índios, instituído com o Diretório de 1757, comprometeu o princípio do autogoverno indígena, “que, supostamente, seria viabilizado pela subordinação política deles à autoridade das câmaras, cujos vereadores, juizes e oficiais seriam, de preferência indígenas” (MOREIRA, 2010, p. 20).

Muitos aldeamentos indígenas, como, São Miguel, Conceição de Guarulhos, Itaquaquecetuba, Carapicuíba e Barueri, instalados por jesuítas na Capitania de São Vicente nos séculos XVI e XVII, hoje são cidades da região metropolitana de São Paulo (VILARDAGA, 2021). No Nordeste, igualmente, muitos aldeamentos missionários do século XVIII também se converteram em cidades: Rodelas e Juazeiro (Bahia), Limoeiro e Escada (Pernambuco), Baía da Traição e Campina Grande (Paraíba), Caucaia (Ceará), entre outros (DANTAS, SAMPAIO e CARVALHO, 1992). Para Mattos (2004, p. 260), os aldeamentos indígenas, na convergência entre a utopia missionária e o projeto político de civilização da nação, representariam “o germen de uma futura e próspera cidade”. Muitas cidades, portanto, foram erguidas sobre os territórios indígenas como continuidade dos aldeamentos do período colonial.

Fortes (2014) também traz registros da presença indígena em cidades da província de Paraná no século XIX. O autor demonstra que, as viagens dos indígenas às cidades possuíam motivações diversas, envolvendo a busca por “refúgio de algum ataque a aldeamentos, a busca pelos *brindes* e ferramentas, sua prisão pelas autoridades policiais, à prestação de algum esclarecimento solicitado, ou mesmo, a reivindicação de terras e o descontentamento com os órgãos e metodologias da política

indigenista” (FORTES, 2014, p. 119 – grifos do original). Por parte da população local, a insatisfação com a presença indígena era tão grande a ponto de o Ministério da Agricultura (órgão responsável pela política de terras), determinar ao presidente da província que evitasse a qualquer custo as viagens de grupos indígenas à Curitiba. Isso levou alguns grupos Kaingang a se deslocarem até o Rio de Janeiro, então capital do Império, para apresentar suas queixas sobre as autoridades provinciais do Paraná.

Nos países de colonização espanhola, do mesmo modo, não somente cidades foram construídas sobre territórios indígenas, mas, à ocasião da chegada dos espanhóis, havia muitos núcleos urbanos densamente povoados. Bethell (1990) afirma que em Tenochtitlan (México), capital do Império Asteca, residiam entre 150 e 300 mil habitantes. O historiador Cuervo Álvarez (2016), ao citar as cartas de Hernán Cortes ao rei da Espanha, demonstra que ele teria comparado Tenochtitlan à Sevilha e Córdoba em tamanho, mencionando ainda as enormes praças que lhe remetiam à Salamanca. Tratava-se da principal cidade da Mesoamérica e do Caribe, com uma área estimada em 14 km², ruas largas calçadas a mão, aquedutos, canteiros flutuantes e ilhotas artificiais com vegetação de lago. Tenochtitlan se tornou a capital do vice-reino da Nova Espanha.

Além de Tenochtitlan, conforme Bethell (1990), havia oito cidades que circundavam o lago Texcoco (México) e outros centros regionais periféricos, que incluíam Cholula, Tlaxcala, Tzintzuntzan, Cempoala e vários enclaves em Yucatán e na Guatemala. No Império Inca, a capital Cuzco (Peru), embora não tivesse a importância comercial de Tenochtitlan, tinha mais de 100 mil habitantes e exercia controle político sobre outros centros urbanos localizados ao longo da estrada real, alguns deles de origem pré-incaica: Quito (Equador), Cajamarcav, Jauja, Vilcas e Huánuco (Peru). Algumas dessas cidades, como Tenochtitlan, Cholula e Cuzco, embora tenham sido convertidas pelos espanhóis para suprirem suas próprias necessidades, deixaram uma marca no esquema de colonização no que se refere à distribuição espacial e à estrutura das cidades indígenas.

A partir de dinâmicas constantes de desterritorialização e re-territorialização, a presença de indígenas em cidades latino-americanas, como bem se vê, é um fenômeno que mantém continuidade histórica, remontando ou antecedendo o período colonial. No contexto recente, o deslocamento de indígenas para áreas urbanas é marcado por uma diversidade de processos, que variam em termos de escala e de motivações. Tais processos ocorrem tanto de forma individual quanto envolvendo partes da coletividade ou sua totalidade, sobretudo em situações relacionadas a deslocamentos forçados. As motivações, por sua vez, podem ser de ordem socioeconômica (como a busca por trabalho ou acesso a bens e serviços, tais como educação e saúde), mas, de modo geral, estão estreitamente relacionadas à violação de direitos humanos nos territórios tradicionais, como demonstra o relatório *Housing indigenous peoples in cities*, publicado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT).

A migração de povos indígenas para áreas urbanas pode acontecer por razões positivas, como perspectivas de melhores condições educacionais e laborais, e a disponibilidade de diversos serviços nas cidades. Para diversos povos indígenas, a migração em busca de oportunidades de trabalho (no país ou no exterior) se tornou uma importante rota de saída da pobreza. Na maioria dos casos, contudo, as causas de fundo da migração se relacionam com violações de direitos humanos em seus territórios de origem, insegurança física em áreas de conflito (frequentemente envolvendo violência militar contra povos indígenas, incluindo mulheres, com assédio sexual e estupro). Outros fatores por trás da migração indígena incluem policiamento excessivo e remoções forçadas decorrentes de projetos de desenvolvimento (públicos ou privados), junto à pobreza e à destituição resultantes de deslocamentos em grande escala, desapropriação e degradação da terra, dos recursos e territórios, às vezes sob o efeito das mudanças climáticas. O tráfico de pessoas, principalmente de mulheres e crianças, é outra causa de migração indígena. (ONU-HABITAT, 2008, p. 7 – tradução própria).

O documento indica que a presença indígena em áreas urbanas tem crescido mundialmente. Na mesma linha, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2019), com base nos censos nacionais, aponta que, na América Latina e Caribe, a população indígena é estimada em 54,8 milhões de pessoas. Desse contingente, cerca de 52% vivem em cidades, e aproximadamente 59% possuem trabalhos regulares em contextos urbanos.

Conforme a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (2014, p. 62), há indícios claros de que “os povos indígenas não são alheios ao processo de urbanização acelerada que ocorreu na América Latina”⁴. Os censos demográficos da rodada de 2010 indicaram que, em ao menos 10 países, o percentual de população indígena em áreas urbanas estaria em torno de 50%. Haveria, porém, diferenças notórias entre os países: enquanto México, Peru, Uruguai e Venezuela apresentam uma alta proporção de indígenas em contextos urbanos, com mais da metade da população vivendo em grandes cidades, Brasil, Costa Rica e Nicarágua possuem índice mediano. Em Colômbia, Equador e Panamá, por sua vez, a população indígena continuaria sendo eminentemente rural.

⁴ A estreita relação com as cidades inclui povos indígenas de diferentes partes do globo. Os Maori da Nova Zelândia, por exemplo, após o fim da Segunda Guerra Mundial, apresentaram a maior taxa de urbanização do mundo (UN-HABITAT, OHCHR, 2010).

ROSA, Marlise; REIS, Rodrigo. Povos indígenas em contextos urbanos na América Latina: algumas considerações a partir da realidade brasileira. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-39, jan./abr. 2023.

Tabela 1 – Pessoas indígenas por situação de domicílio, segundo dez países da América Latina nos últimos censos nacionais

País	Censo	Total	Urbana	Percentual	Rural	Percentual
Brasil	2010	817.963	315.180	38,53	502.783	61,47
Colômbia	2005	1.392.623	298.275	21,42	1.094.348	78,58
Costa Rica	2011	104.143	42.517	40,83	61.626	59,17
Equador	2010	1.018.176	218.571	21,47	799.605	78,53
México	2010	16.933.283	9.093.447	53,7	7.839.836	46,3
Nicarágua	2005	311.704	123.852	39,73	187.852	60,27
Panamá	2010	417.559	99.655	23,87	317.904	76,13
Peru	2007	6.489.109	3.621.440	55,81	2.867.669	44,19
Uruguai	2011	76.452	73.723	96,43	2.729	3,57
Venezuela	2011	724.592	458.219	63,24	266.373	36,76
Total	-	28.285.604	14.344.879	50,71	13.940.725	49,29

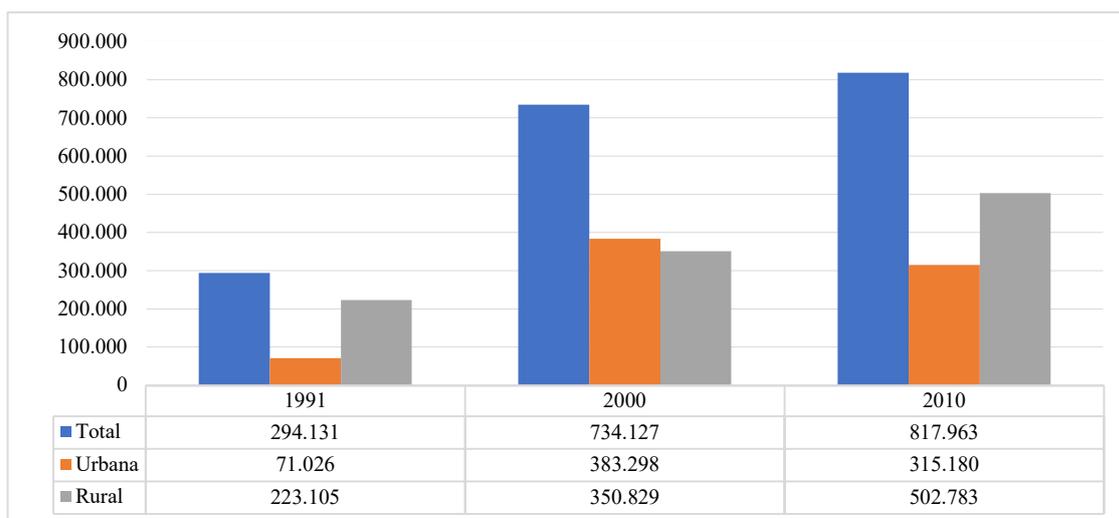
Fonte: Adaptado de CEPAL (2014).

No Brasil, foi apenas no Censo Demográfico 1991 que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incorporou a categoria indígena para o quesito cor ou raça, quando 294.131 pessoas se autodeclararam indígenas. Nessa ocasião, o levantamento também possibilitou separar a população indígena segundo a situação de domicílio em área rural ou urbana. Anteriormente, o censo de 1950 chegou a incluir a categoria “índio”, mas considerava como tal apenas aqueles que viviam em aldeamentos ou postos indígenas. O censo de 2000, manteve as categorias e conceituações de 1991, registrando 734.127 indígenas. Em 2010, houve a introdução de três novas séries históricas, referentes à etnia, língua falada e condição indígena, permitindo um maior detalhamento acerca da sociodiversidade indígena em nosso país. De acordo com o Censo 2010, temos uma população indígena de 817.963⁵ mil indivíduos, subdivididos em 305 etnias e falantes de 274 línguas; desses, 38%, ou seja, 315.189 pessoas indígenas residem em áreas urbanas (IBGE, 2010a). Um comunicado apresentado pelo IBGE em abril de 2023, referente ao censo demográfico de 2022, informou que a população indígena teria mais que dobrado na última década, somando mais de 1,6 milhão de pessoas (IBGE, 2023)⁶.

⁵ O número 817.963 diz respeito apenas aos indígenas autodeclarados no quesito cor ou raça no Censo 2010 (que serve de base para comparações com os Censos de 1991 e 2000). Deve-se considerar, porém, que outras 78.954 pessoas residem em terras indígenas e, embora se declarem de outra cor ou raça (principalmente pardos, 67,5%), consideram-se indígenas em função do compartilhamento de tradições, costumes, cultura e antepassados. Somam-se, desse modo, 896.917 indígenas no total, 36,2% residindo em área urbana e 63,8% em área rural (IBGE, 2010a).

⁶ O comunicado do IBGE foi emitido após a conclusão da coleta de dados na Terra Indígena Yanomami. ROSA, Marlise; REIS, Rodrigo. Povos indígenas em contextos urbanos na América Latina: algumas considerações a partir da realidade brasileira. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-39, jan./abr. 2023.

Gráfico 1 – Pessoas indígenas por situação de domicílio, segundo os Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos 1991, 2000 e 2010.

A despeito da situação de domicílio, vale destacar que, “o Censo Demográfico 1991 revelou que em 34,5% dos municípios brasileiros residia pelo menos um indígena autodeclarado; no Censo Demográfico 2000, esse número cresceu para 63,5%; e, segundo os dados mais recentes, do Censo Demográfico 2010, atingiu 80,5% dos municípios brasileiros” (IBGE, 2010b, p. 4). O Nordeste, em decorrência de processos de emergência étnica, entre outros fatores, é a região onde o espalhamento da população indígena foi mais significativo. A região, como bem destaca Pacheco de Oliveira (2001, p. 170),

foi uma das áreas de colonização mais importantes e antigas na formação da nação brasileira. A sua população indígena sofreu um profundo e persistente impacto econômico e sociocultural por parte dos empreendimentos econômicos e religiosos que viabilizaram a ocupação dos sertões e a expansão territorial dos domínios portugueses. Para as etnias que sobreviveram só existiram dois caminhos: ou buscaram temporariamente áreas de refúgio, algumas vezes coexistindo com quilombos, até que viessem a ser incomodados por novas pretensões territoriais das fazendas e dos pequenos agregados urbanos; ou foram logo incorporadas pelo processo civilizatório – seja insuladas (isto é, reunidas, reterritorializadas e disciplinadas pelas missões religiosas), ou colhidas na sua capilaridade (i.e., fragmentadas em famílias e coletividades acabocladadas ou destribilizadas).

Essa população, que carregava o estigma de “índios misturados” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016), desde pelo menos a virada do século XIX para o XX, passou a reivindicar de maneira mais intensa seus direitos

enquanto povos indígenas, lutando pela recuperação e demarcação de suas terras que estavam ou ainda estão em posse de não indígenas.

No que toca especificamente à população indígena residente em áreas urbanas, observe-se que, em 1991, tratava-se de aproximadamente 24% das pessoas autodeclaradas, passando para 52% em 2000 e para 38% em 2010. Houve um aumento de 540% no censo de 2000 em relação ao de 1991, com um decréscimo de 18% de 2000 para 2010. Apesar disso, o número de indígenas vivendo em cidades, manteve-se expressivo, como já vimos, com mais de 315 mil pessoas.

O aumento no número de pessoas autodeclaradas indígenas de 1991 a 2000 reflete transformações políticas, como o reconhecimento da cidadania diferenciada aos povos indígenas pela Constituição Federal de 1988, o avanço nos processos de identificação e regularização de terras indígenas (TIs) - que implicava tanto uma maior segurança aos indígenas quanto o maior conhecimento sobre as áreas ocupadas e a serem recenseadas - e os processos de emergência étnica em curso Brasil afora. Indica também o “aperfeiçoamento da identificação da localização espacial dos agrupamentos indígenas durante a preparação dos mapas e cadastros da base territorial censitária” que possibilitou o “refinamento das informações cartográficas sobre as áreas remotas do País”, elevando o número de aldeias indígenas identificadas de 277, em 1991, para 386 em 2000, alcançando um total de 662 setores censitários localizados em TIs (OKAMOTO, ANTUNES, DAMASCO, 2018, p. 242).

Por outro lado, a queda na quantidade de pessoas autodeclaradas indígenas em contextos urbanos no Censo 2010 em relação ao 2000, transformou-se em tema de debate entre especialistas do IBGE e de centros de pesquisa e associações científicas de estudos populacionais, resultando em artigos e capítulos de livros publicados na última década (SANTOS; TEIXEIRA, 2011; PEREIRA, 2016; CAMPOS; ESTANISLAU, 2016; BASTOS et. al., 2017; OKAMOTO, ANTUNES, DAMASCO, 2018; SANTOS et. al., 2019; entre outros). A busca de uma explicação para a diminuição da captação de pessoas autodeclaradas indígenas em contextos urbanos tem encontrado não uma única resposta, mas indicado um conjunto de fatores a serem considerados, incluindo desde as diferenças nos procedimentos de coleta de dados às transformações nas formas de reconhecimento e de autoidentificação étnico-racial. Concordamos com grande parte das avaliações contidas nos textos que se voltaram ao debate nos últimos anos, sobretudo, no reconhecimento dos esforços de inclusão de aspectos como a identificação étnica e linguística - facilitado pela utilização dos Dispositivos Móveis de Coleta (DMC) - e a integração entre as bases cartográficas do IBGE e as da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)⁷ - “fundamental para a aplicabilidade do questionário do Censo 2010 nas Terras Indígenas (TI), mediante a coincidência dos limites dos setores censitários.” (PEREIRA, 2016, p. 2). Reconhecemos ainda o potencial de inovação das “áreas de interesse estatístico e geográfico”, utilizadas pelo IBGE no planejamento e execução do Censo

⁷ Com a Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) passou a se denominar Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

ROSA, Marlise; REIS, Rodrigo. Povos indígenas em contextos urbanos na América Latina: algumas considerações a partir da realidade brasileira. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-39, jan./abr. 2023.

Demográfico 2022, para a produção de informações sobre a população indígena e a população quilombola que não se encontram em territórios oficialmente reconhecidos pelo Estado (DAMASCO; ANTUNES, 2018).

No entanto, o avanço na produção de informações demográficas sobre a população indígena e na compreensão da diversidade de situações territoriais em que se encontram, com destaque aqui para os contextos urbanos, estaria para além da agenda dos censos, realizados idealmente a cada dez anos. Faz-se necessário uma agenda de investigação que inclua diferentes esforços de pesquisa, interdisciplinares e interinstitucionais, como o investimento na integração de dados produzidos por diferentes agências governamentais que também enumeram indígenas, a exemplo, da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e do Cadastro Único para programas de transferência de renda.

As conjunturas políticas, a exemplo do já mencionado contexto pós-Constituição de 1988, certamente incidem sobre as reflexões e práticas de autodeclaração. Nesse sentido, a variação na autodeclaração de indígenas também pode ser decorrente do racismo enfrentado nas cidades, de modo que, como observa Baines (2001), muitas vezes a identidade étnica é negada como estratégia para escapar de estigmas. Por esse motivo, em muitas situações,

A identidade indígena nos centros urbanos configura-se nitidamente como uma identidade social contextual. A mesma pessoa pode se considerar indígena em alguns contextos, e não em outros, ou apelar a outras identidades genéricas geradas historicamente em situações de contato interétnico, como caboclo, índio civilizado, descendente de índio, remanescente, índio misturado etc. (BAINES, 2001, pp. 16-17).

Não é novidade que o imaginário social é povoado por visões preconceituosas e racistas sobre os povos indígenas, relacionando-os à indolência, preguiça, falta de higiene, alcoolismo etc. Na busca por trabalho e moradia, e até no acesso aos serviços públicos, esses estereótipos se constituem como barreiras sistêmicas para a efetivação dos direitos indígenas em áreas urbanas, fazendo com que, muitas vezes, a identidade étnica não seja revelada.

Ao mencionar sua experiência de pesquisa em Manaus (Amazonas), Melo (2012, p. 3), afirma que “o simples fato de perguntar a uma pessoa acerca de sua identidade étnica corre o risco de ser interpretado como uma ofensa. Se a indagação é aceita, a resposta é negativa”. Repare que, essa cidade, embora seja a capital do estado com a maior concentração de população autodeclarada indígena do país, com 183.514⁸ pessoas,

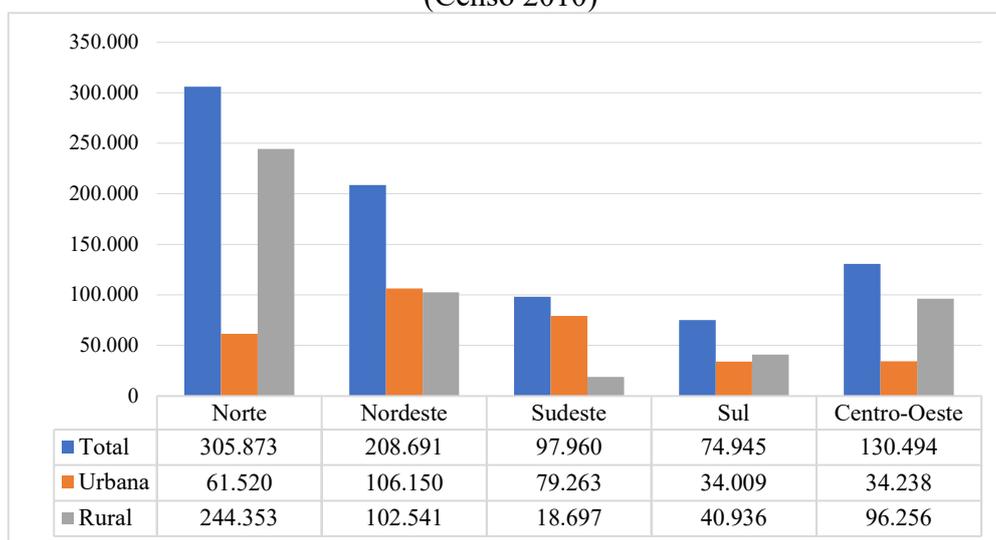
⁸ Aqui estão incluídas as pessoas que vivem dentro de terras indígenas (TIs) e “não se declaram, mas se consideram indígenas”. No interior de TIs, tem-se então 129.529 pessoas, sendo 114.695 que se autodeclararam e 14.834 que não se declaram, mas se consideram. Fora das áreas indígenas, somam-se 53.985 pessoas autodeclaradas, totalizando 183.514 indígenas no estado do Amazonas (IBGE, 2010).

ROSA, Marli; REIS, Rodrigo. Povos indígenas em contextos urbanos na América Latina: algumas considerações a partir da realidade brasileira. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-39, jan./abr. 2023.

registrou apenas 3.837 pessoas autodeclaradas indígenas em contexto urbano⁹. Portanto, como assevera Ribeiro (2022, p. 19 – grifos do original), “seria preciso considerar como **as ações racistas ‘incentivam’ as pessoas a se autodeclararem como ‘pardas’,** em lugar de ‘indígenas’ – ou mesmo ‘pretas’”.

O Censo 2010 demonstrou ainda, que a região Norte concentra a maior fração da população indígena brasileira, com 305.873 pessoas autodeclaradas (37%), seguida por 208.691 no Nordeste (26%), 130.494 no Centro-Oeste (16%), 97.960 no Sudeste (12%) e 74.945 na região Sul (9%). É na região Nordeste, porém, que se encontra o maior número de pessoas autodeclaradas indígenas cujo domicílio se localiza em área urbana: 106.150 pessoas, ou seja, aproximadamente 34% do total da população indígenas em cidades. Na sequência está a região Sudeste com 79.263 (25%), o Norte com 61.520 (19%), o Centro-Oeste com 34.238 e o Sul com 34.009, ambas as regiões representando 11% cada.

Gráfico 2 – Pessoas indígenas por situação de domicílio, segundo as grandes regiões (Censo 2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo 2010.

Deve-se notar que, com exceção da maioria das TIs na Amazônia Legal¹⁰, as áreas destinadas aos povos indígenas no país frequentemente não garantem sua reprodução econômica com base nas respectivas

⁹ Conforme Bernal (2009, p. 35) não teríamos “nenhum dado quantitativo credível e tecnicamente irrepreensível referente ao número de indígenas vivendo em Manaus”, pois “os números mudam em função dos critérios de ‘definição de’ ou de ‘adesão a índio’”, o que nos impossibilita de afirmar com exatidão o tamanho real dessa população. Ele menciona uma pesquisa amostral realizada em 1999, onde foram visitados 145 domicílios, contabilizando-se 8,5 mil indígenas naquela cidade. Mainbourg, Araújo e Almeida (2002), por sua vez, citam estimativas divulgadas pela Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), que apontaria para algo entre 15 e 20 mil indígenas em Manaus, no início dos anos 2000. Em 2019, a Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (COPIME) divulgou em suas redes sociais e em eventos do IBGE voltados à preparação para o Censo Demográfico, que haveria mais de 35 mil indígenas vivendo na capital amazonense. Desse modo, é possível que a população indígena residente na cidade de Manaus seja maior que os dados apreendidos pelos censos demográficos.

¹⁰ A Amazônia Legal inclui os estados de Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (dos 217 municípios maranhenses, 36 não fazem parte da Amazônia Legal). ROSA, Marlise; REIS, Rodrigo. Povos indígenas em contextos urbanos na América Latina: algumas considerações a partir da realidade brasileira. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-39, jan./abr. 2023.

atividades produtivas tradicionais, forçando-os a buscarem outras formas de subsistência, seja como trabalhadores rurais em fazendas ou como mão de obra geralmente precarizada em diferentes setores da economia local ou regional. A Amazônia Legal, de acordo com o Instituto Socioambiental (ISA) (2022), concentra cerca de 98% da extensão de todas as TIs do país. Os outros 2% se dividem entre as regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, especificamente, nos estados de Mato Grosso do Sul e Goiás.

No Nordeste, a expressiva presença indígena em cidades pode estar relacionada, entre outros fatores, às invasões dos territórios que ocorrem historicamente desde o século XVIII, e que se intensificaram com a extinção dos aldeamentos no século XIX, levando as famílias a viverem em sítios, como podemos observar em Alarcon (2019; 2022). Com terras insuficientes para prover o sustento de suas famílias, muitos indígenas se empregam em atividades sazonais, como o corte de cana-de-açúcar, ou seguem em definitivo para as cidades.

Circunstâncias e motivações dos deslocamentos indígenas para as cidades

Na mesma linha do que foi indicado pelo documento da ONU-HABITAT (2008), Nakashima e Albuquerque (2011) argumentam que o aumento da presença indígena nas cidades brasileiras se deve às difíceis condições enfrentadas nos territórios de origem, ao crescimento vegetativo nas áreas urbanas, à transformação de áreas consideradas rurais em urbanas e, por fim, ao aumento das taxas de autodeclaração de indígenas. Para a CEPAL (2014), as brechas na efetivação dos direitos territoriais estão diretamente relacionadas à expulsão dos indígenas de suas terras, que, além disso, enfrentam também a expansão urbana que se alastra sobre os territórios de ocupação tradicional.

Atualmente, aventa-se ainda os impactos das mudanças climáticas sobre os povos e territórios indígenas, pois, como observado pela Rede de Cooperação Amazônica (RCA) (s/d), a ocorrência de

Incêndios descontrolados, secas intensas, temperaturas extremas, alterações no ritmo e indicadores das estações, nos ciclos das chuvas e dos rios e alagamentos têm alterado os calendários tradicionais de roça, pesca e caça e impactado não só as formas de subsistência, com a crescente perda de alimentos, mas também suas práticas e tradições culturais que fazem parte do seu bem viver.

A Fundação Perseu Abramo (FPA), em uma pesquisa realizada em parceria com a fundação alemã Rosa Luxemburgo Stiftung (RLS) durante os anos de 2010 e 2011, constatou que, no Brasil, os motivos pelos quais os indígenas entrevistados deixaram suas terras foram: problemas econômicos (68%), interação social (31%, sendo 23% positiva, ou seja,

para se juntar à família ou se casar, e 10% negativa, em virtude de conflitos e mortes), educação (27%), e falta de assistência à saúde e questões concernentes ao uso da terra (13%)¹¹ (FPA e RLS, 2011).

A CEPAL (2014) argumenta ainda, que, não raro, os deslocamentos para as cidades configuram uma estratégia de sobrevivência para esses indígenas, sem implicar a desvinculação de seus territórios de origem. Nas cidades, porém, essas populações se instalam em áreas periféricas, muitas vezes com risco ambiental e social e sem segurança. Para ONU-HABITAT (2008), a precariedade das condições de moradias de indígenas nas cidades é decorrente do preconceito e discriminação que sofrem. Muitos proprietários, a exemplo do relato de mulheres do povo Cree, no Canadá, negam-se a alugar imóveis para indígenas sob a esdrúxula alegação de que eles sempre estariam bêbados. Desse modo, “com os preços de casas próprias e aluguéis proibitivamente caros, muitos indígenas vivem em assentamentos irregulares e favelas, enquanto outros ficam sem teto” (ONU-HABITAT, 2008, p. 3 – tradução própria). Como bem se vê, a localização da população indígenas nas cidades não é um dado irrelevante, pois, conforme Guattari (1985), trata-se de uma manifestação de poder em relação ao espaço. Entender a organização espacial, para o autor, é fundamental para compreender o processo de dominação e luta na ocupação das cidades.

Como afirmam Langeveldt e Smallacombe (2010), nas cidades, embora haja maior proximidade geográfica com os equipamentos de assistência social, educação, saúde etc., de modo geral, os indígenas têm dificuldades para acessar os serviços públicos, sobretudo em virtude do racismo a que são submetidos cotidianamente. Para Ribeiro (2022, p. 23), “o racismo praticado contra os povos indígenas é algo constante, estabelecendo-se como uma variável estável das relações coloniais vigentes”. Por meio da sistematização e análise dos episódios de racismo apresentados nos relatórios *Violência contra os povos indígenas no Brasil*, entre 2003 e 2019¹², o autor encontrou 290 registros (média de 18 casos por ano) ocorridos em 137 municípios brasileiros. Ele conclui que, sobretudo em cidades menos populosas (com até 50 mil habitantes), “é possível começar a delinear um padrão de condutas, cujo resultado seria **a criação de obstáculos à presença indígena nas áreas urbanas**” (RIBEIRO, 2022, p. 12 – grifos do original).

Os indígenas em contextos urbanos também encontram dificuldades para a inserção no mercado de trabalho, deparando-se com ofertas de salários menores ou até mesmo com o risco de serem capturados por redes de trabalho análogo à escravidão ou, no caso de mulheres e crianças, de tráfico de pessoas. Para Langeveldt e Smallacombe (2010, p. 86 – tradução própria), “o desrespeito a uma ampla gama de direitos humanos e liberdades fundamentais dos povos

¹¹ As respostas têm caráter espontâneo e múltiplo, por isso, a soma total dos percentuais de cada variável excede 100%.

¹² O relatório é publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e desde 2003 possui uma seção dedicada ao racismo.

ROSA, Marlise; REIS, Rodrigo. Povos indígenas em contextos urbanos na América Latina: algumas considerações a partir da realidade brasileira. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-39, jan./abr. 2023.

indígenas costuma ser a principal causa para a pobreza persistente entre as comunidades indígenas urbanas”.

Nas cidades brasileiras, como bem se sabe, os povos indígenas não são assistidos pela política indigenista que, historicamente, tem como foco as populações que vivem nas TIs, geralmente localizadas em áreas rurais. O foco da política são os indígenas “aldeados”, uma categoria sem respaldo antropológico ou legal, que remonta ao período colonial, quando os colonizadores reduziam os indígenas em áreas diminutas a fim de lhes impor algum tipo de controle.

No contexto da pandemia de Covid-19, essa situação se mostrou especialmente grave, tendo em vista que a SESAI não contabilizava casos suspeitos, confirmados e óbitos de indígenas que vivem em áreas urbanas, levando a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a realizar seu próprio monitoramento, a fim de visibilizar as mortes de indígenas e evitar a subnotificação de casos (ROSA, 2022b; HACON e PONTES, 2022). Na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 709 interposta pela APIB ao Supremo Tribunal Federal (STF), foi reivindicado o atendimento de saúde aos indígenas nas cidades e, posteriormente, a prioridade na vacinação contra a Covid-19 (ELOY TERENA, 2022a; 2022b).

A concepção que informa as políticas públicas advém, como assevera Nunes (2010, p. 11), da associação equivocada “entre índios e floresta/natureza, por um lado, e não-índios e cidade/civilização, por outro”. Como se vê em Langeveldt e Smallacombe (2010, p. 85 – tradução própria), essa lógica se reproduz em escala global, uma vez que, “em grande parte da literatura das ciências sociais e das políticas governamentais, há uma dicotomia entre o remoto/rural e o urbano, baseada no estereótipo persistente de que o autêntico indígena vive em áreas remotas e rurais, não sendo o urbano genuinamente indígena”.

Sob essa perspectiva, segue Nunes (2010, p. 11), “a passagem (lógica) dos indígenas ao ambiente urbano tende a ser pensada como um processo de ‘desagregação cultural’, aculturação, tornar-se igual ao outro e, em consequência, perder-se de seu próprio ser”. Desconsidera-se, porém, que a identidade indígena não está mecanicamente atrelada ao território, mas decorre do processo de autoidentificação e reconhecimento pelos demais membros da coletividade étnica.

Expressões como “índios urbanos”, “aculturados” ou “desaldeados” são reflexos de um imaginário preconceituoso que busca estabelecer o lugar – espacial e social – dos indígenas. Em diversas situações é possível observar que governantes locais, servidores públicos e outros indivíduos da chamada população “não indígena” compartilham a compreensão de que o “estar na cidade” (morar, trabalhar, estudar, ocupar cargos políticos, ter acesso aos benefícios sociais, entre outros aspectos), constitui-se como negação do “ser indígena”, portanto, de sua identidade. Discursos que assinalam que “vir para a cidade” é igual a “deixar de ser índio” e de que estão “abandonando a terra indígena” devem ser criticados a partir de dados de pesquisas demográficas articuladas a estudos etnográficos capazes de compreender os diferentes fluxos de mobilidade

entre TIs e cidades. Viver na cidade, seja no Brasil, na Argentina, na Bolívia, no México ou em qualquer outro país, não significa renunciar a identidade etnicamente diferenciada, tampouco ao seu modo de vida, seus costumes e suas tradições, como veremos nos textos que compõem este dossiê.

Indígenas em cidades na produção antropológica brasileira

A presença indígena nas cidades, como vimos, não somente é um fenômeno que mantém continuidade histórica, como tem seu crescimento demográfico identificado pelos censos nacionais. Apesar disso, o tema se constituiu como sendo de menor interesse para a etnologia indígena praticada no Brasil (RAMOS, 2010), de modo que os estudos sobre indígenas em contextos urbanos ainda são pouco expressivos. Não obstante, durante algum tempo, a perspectiva assimilacionista predominou na diminuta produção antropológica sobre a relação entre indígenas e cidades, que ao não a abordar enquanto um processo de longa duração, limitou-se a classificar processos distintos como aculturação. Nas últimas décadas, no entanto, as reformulações teóricas e, principalmente, a forte mobilização indígena, como poderemos observar ao longo deste dossiê, tem deslocado a análise e produzido novos olhares e reflexões mais profícuas.

O primeiro estudo sobre povos indígenas em cidades produzido pela antropologia brasileira foi realizado em meados da década de 1950, por Roberto Cardoso de Oliveira junto ao povo Terena, em Mato Grosso do Sul. A pesquisa, dividida em dois projetos, resultou na publicação do livro *O processo de Assimilação dos Terêna*, em 1960, e do artigo *Grupo Doméstico, Família e Parentesco: Ideias para uma pesquisa em Antropologia Social* (Boletim do Museu Nacional), em 1961. No livro, o autor apresenta o *survey* realizado em todas as aldeias e reservas habitadas pelos Terena. O objetivo do estudo, como o próprio título sugere, foi analisar o processo de assimilação desse grupo, “incluindo, simultaneamente, o estudo dos Terêna citadinos, através da observação direta e da aplicação de formulários nas cidades de Campo Grande, Aquidauana e Miranda” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p. 09). No artigo, embora dê continuidade à observação dos Terena em contextos urbanos, o objetivo foi analisar “esse segmento da população Terêna em processo de urbanização, atendo-se à organização dos grupos domésticos e familiares egressos do meio rural e instalados nas cidades de Campo Grande e Aquidauana” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p. 10).

Posteriormente, essa pesquisa deu origem à sua tese de doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), defendida em 1966, sob orientação de Florestan Fernandes. A partir de algumas modificações decorrentes da apreciação da banca examinadora, a monografia foi publicada, em 1968, sob o título *Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terêna numa sociedade de classes*. Na ocasião, o autor pretendia identificar “qual o mecanismo que leva os Terêna a se

manterem social e psicologicamente unificados na diversidade de suas situações” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, pp. 10-11). Assim, por meio do estudo de indígenas “aldeados” e “cidadinos”, “rurais” e “urbanos” enquanto pontos extremos, ele esperava entender o processo de urbanização possibilitada pela mobilidade aldeia-cidade. Constatou então que a mobilidade, embora incluísse deslocamentos físicos e sociais, “migração e acomodação em uma sociedade de classe de tipo urbano” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p. 11), não implicava a perda da identidade étnica, persistindo, na cidade, relações sociais e de parentesco comuns à vida na aldeia – fenômeno que denominou de tribalismo.

Na mesma época, a partir da crítica aos estudos de aculturação vigentes na antropologia norte-americana e aos de contato cultural e mudança social da antropologia britânica, Roberto Cardoso de Oliveira desenvolveu a noção de fricção interétnica¹³, a fim de oferecer um modelo analítico mais adequado à realidade indígena brasileira. Para Ramos (2010), trata-se de um dos modelos de análise que marcaram a antropologia brasileira, tornando-a internacionalmente reconhecida. Teria sido Cardoso de Oliveira ainda, que, segundo Ramos (2010), introduziu na antropologia brasileira o interesse por noções como colonialismo interno, situação colonial e etnicidade, fazendo com que os estudos sobre povos indígenas realizados por essa vertente se afastassem do modelo culturalista, dando lugar à dimensão política das relações sociais. Com o modelo de fricção interétnica, portanto, “deixava-se cultura e abraçava-se sociedade” (RAMOS, 2010, p. 27).

O modelo de fricção interétnica poderia ter sido especialmente profícuo para os estudos sobre indígenas em contextos urbanos, tendo em vista que, conforme Pacheco de Oliveira (1986, p. 495), “em vez de tratar analiticamente as sociedades indígenas como totalidades fechadas e autoexplicáveis em seus próprios termos, os pesquisadores dessa perspectiva enfatizam a necessidade de se entender os grupos indígenas em sua relação de incorporação à sociedade brasileira”. Dele, como observa Ramos (2010), ramificou-se um conjunto expressivo de pesquisas sobre temas diversos, como, por exemplo, cristianização, desenvolvimento, saúde, territorialização etc., contudo, a presença de indígenas em contextos urbanos se manteve virtualmente inexplorada não só por essa corrente, mas pela etnologia indígena praticada no Brasil. Cardoso de Oliveira chegou a orientar, na década de 1980, as dissertações de mestrado em antropologia social na Universidade de Brasília (UnB) de Marcos Lazarin, Leonardo Fígole e Jorge Romano, todas sobre indígenas em cidades da Amazônia (MELATTI, 1983), mas, a partir dali se estabeleceu um vazio teórico e temporal que só começou a ser timidamente quebrado já nos anos 2000.

Uma hipótese para o pouco interesse da etnologia indígena por estudos sobre a presença indígena em cidades seria a famosa metáfora da astronomia, conhecida como o “método etnológico” delineado por

¹³ Deve-se notar que, com base em Ramos (2010), o modelo de fricção interétnica, tão produtivo naquele momento, com o passar do tempo e as mudanças no campo das relações interétnicas, tornou-se insuficiente para analisar os novos cenários que se estabeleciam.

ROSA, Marlise; REIS, Rodrigo. Povos indígenas em contextos urbanos na América Latina: algumas considerações a partir da realidade brasileira. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-39, jan./abr. 2023.

Lévi-Strauss. Para ele, “o *antropólogo é o astrônomo das Ciências Sociais*: ele está encarregado de descobrir um sentido para configurações muito diferentes, por sua ordem de grandeza e seu afastamento, das que estão imediatamente próximas do observador” (LÉVI-STRAUSS 1967 apud PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 195 – grifos do original). Sob essa lógica, à etnologia indígena caberia os estudos sobre as sociedades indígenas situadas em áreas longínquas, cujo distanciamento e objetividade seriam possibilitados pelo forte contraste cultural. A cidade, seus contornos e pessoas, situam-se no campo da antropologia urbana, caracterizada, de modo geral, pela proximidade cultural, por paisagens e hábitos familiares. Ocorre, portanto, que os fenômenos urbanos não possuem o distanciamento cultural e geográfico que a metáfora da astronomia pressupõe, de modo que, na linha do que foi posto por Pacheco de Oliveira (2016, p. 196), assim como ela é inaplicável aos estudos sobre os indígenas no Nordeste, também seria para os estudos de indígenas em cidades, “no máximo, poderia ajudar a entender as razões de sua baixa atratividade para os etnólogos”.

Nunes (2010) ainda vai mais longe, afirmando que o imaginário social em que se associa indígenas/floresta e não indígenas/cidades também impregnaria a antropologia, interferindo assim no campo de estudos sobre indígenas em contextos urbanos. A própria antropologia seria então povoada por “ideias que circulam num âmbito mais amplo” (NUNES, 2010, p. 11), que negam e invisibilizam a presença de indígenas nas cidades. Ao lançar mão da definição de indigenismo de Ramos ([1998] 2012), o autor afirma que as ideias que nutrimos sobre os povos indígenas são parte do próprio indigenismo brasileiro, aqui entendido como um construto ideológico sobre diferenças culturais, que não se limita à esfera das políticas públicas ou privadas nem às ações por elas geradas, mas inclui os meios de comunicação, a atuação da igreja, de segmentos de direitos humanos etc. Sob essa análise, a própria antropologia que se faz crítica ao indigenismo sucumbiria ao seu jogo ideológico.

Hipóteses plausíveis ou não, o que se percebe é que houve um silêncio de décadas por parte da etnologia brasileira no que se refere à presença indígena em cidades, que se reflete no número de teses e dissertações sobre a temática. Conforme a busca¹⁴ realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICIT), encontramos um total de 32 estudos sobre indígenas em contextos urbanos realizados no âmbito de programas de pós-graduação em antropologia, sendo 18 dissertações de mestrado e 14

¹⁴ A partir dos descritores utilizados, encontramos um total de 88 teses e dissertações sobre indígenas em contextos urbanos, desenvolvidas no âmbito de programas de pós-graduação de diferentes áreas: em ciências sociais áreas afins (n = 37); em educação (n = 11); em programas interdisciplinas (n = 10); em programas relacionados ao desenvolvimento sustentável e meio ambiente (n = 6); em psicologia (n = 5); em história (n = 4); em serviço social (n = 3); em geografia (n = 3); em direito (n = 3); em saúde (n = 2); em ciências da religião, demografia, letras, segurança pública etc. (n = 1).

ROSA, Marlise; REIS, Rodrigo. Povos indígenas em contextos urbanos na América Latina: algumas considerações a partir da realidade brasileira. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-39, jan./abr. 2023.

teses de doutorado, defendidas entre 2001 e 2022. Para o levantamento, utilizamos os descritores “indígenas nas cidades”, “indígenas citadinos”, “indígenas em contexto urbano”, “índios na cidade”, “contexto urbano” e alguns etnônimos, como “Pankararu”, “Terena”, “Kaingang”, “Warao” entre outros. É possível, entretanto, que alguns estudos não tenham sido capturados pelos descritores utilizados, de modo que trabalharemos aqui com um quadro ilustrativo do campo, sem a pretensão de tomá-lo como dados oficiais.

Tabela 2 – Teses e dissertações sobre indígenas em contextos urbanos em programas de pós-graduação em antropologia segundo o ano de defesa

Ano	Frequência	Percentual
2001	1	3,1
2002	1	3,1
2005	1	3,1
2007	1	3,1
2009	1	3,1
2010	1	3,1
2012	3	9,4
2013	2	6,3
2014	3	9,4
2015	3	9,4
2016	3	9,4
2017	1	3,1
2018	2	6,3
2019	1	3,1
2020	4	12,5
2021	3	9,4
2022	1	3,1
Total	32	100,0

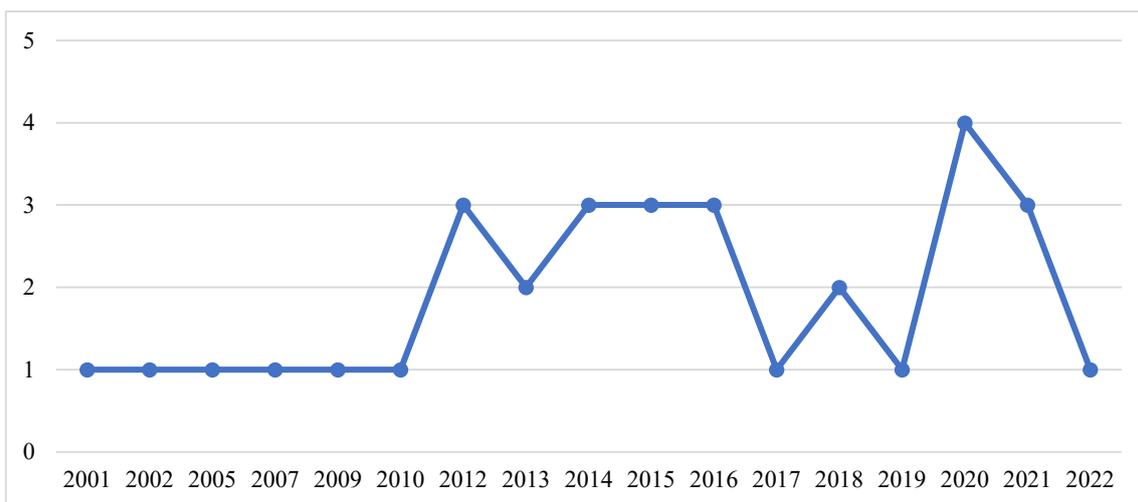
Fonte: Elaboração própria, 2023.

Além das teses e dissertações em antropologia, encontramos ainda, quatro estudos em programas de ciências sociais, sendo três teses e uma dissertação, defendidas entre 2004 e 2020; uma dissertação de mestrado em sociologia, defendida em 2020; e nove estudos, sendo sete dissertações e duas teses, defendidas entre 2008 e 2022, no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que embora seja um programa interdisciplinar segundo a classificação de áreas da CAPES, realiza alguns trabalhos na interface com as ciências sociais, orientados por antropólogos. As teses e dissertações realizadas no âmbito de programas de pós-graduação em ciências sociais, sociologia e sociedade e cultura na Amazônia, somam 14 trabalhos. Para esta análise, contudo, tomaremos

como referência a classificação de áreas da CAPES e consideraremos apenas os trabalhos estritamente de antropologia (n = 32)¹⁵.

Como é possível observar na Tabela 2 e no Gráfico 3, com exceção dos anos de 2003, 2004, 2006, 2008 e 2011, desde 2001 houve uma continuidade dos estudos sobre indígenas em contextos urbanos em programas de pós-graduação em antropologia vinculados a universidades brasileiras, rompendo, como já dito anteriormente, um vazio de anos. Os números ainda não são expressivos com, no máximo, quatro defesas no mesmo ano, mas, ainda assim, são significativos no sentido de pensar a consolidação de um campo de estudos que, historicamente, mobilizou poucos antropólogos. Destaque-se ainda que, a partir de 2019 começaram a surgir os primeiros estudos sobre o povo Warao¹⁶ no âmbito de programas de pós-graduação em antropologia, contudo, as abordagens tendem a focalizar a condição de migrantes e refugiados, sem necessariamente estabelecer um diálogo mais amplo com a realidade de indígenas em contextos urbanos no Brasil.

Gráfico 3 – Distribuição temporal dos estudos sobre indígenas em contextos urbanos (2005 a 2022)



Fonte: Elaboração própria, 2023.

¹⁵ Devido à inexistência de um repositório nacional sobre os trabalhos de conclusão de cursos de graduação não nos foi possível realizar um levantamento similar da produção nos cursos de graduação em Antropologia. Contudo, a partir de experiências de formação em antropologia, como a do curso de Bacharelado em Antropologia do Instituto de Natureza (INC) da UFAM, temos conhecimento do desenvolvimento de pesquisas sobre a temática, incluindo, pesquisas desenvolvidas por indígenas (REIS, 2020; MELO e REIS, 2021).

¹⁶ Os Warao são um povo indígena que tradicionalmente habita o delta do rio Orinoco, região Nordeste da Venezuela, e que, desde 2016, em virtude do agravamento da conjuntura política, econômica e social daquele país, tem se deslocado intensamente para o Brasil (ROSA, 2021).

ROSA, Marlise; REIS, Rodrigo. Povos indígenas em contextos urbanos na América Latina: algumas considerações a partir da realidade brasileira. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-39, jan./abr. 2023.

Tabela 3 – Distribuição dos estudos sobre indígenas em contextos urbanos segundo as universidades de vinculação dos pesquisadores

Universidade	Frequência	Percentual
Universidade de São Paulo (USP)	8	25,0
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	4	12,5
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	3	9,4
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	3	9,4
Universidade de Brasília (UnB)	2	6,3
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	2	6,3
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	2	6,3
Universidade Federal de Roraima (UFRR)	2	6,3
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	1	3,1
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	1	3,1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	1	3,1
Universidade Federal de Goiás (UFG)	1	3,1
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	1	3,1
Universidade Federal do Pará (UFPA)	1	3,1
Total	32	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2023.

É importante notar também que (Tabela 3 e Tabela 4), apesar desses estudos serem realizados em 14 diferentes universidades, de norte a sul do Brasil, o estado do Amazonas concentra o maior número de pesquisas, com 13 trabalhos no total (inclui-se aqui o estudo que também contempla o estado do Pará). Apenas na USP, são seis estudos realizados no Amazonas por integrantes pelo Grupo de Etnologia Urbana (GEU), vinculado ao Núcleo de Antropologia Urbana (NAU)¹⁷ sobre o qual voltaremos a falar mais adiante. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), dos quatro trabalhos sobre povos indígenas em contextos urbanos, três foram realizados no Amazonas (um deles contempla também o Pará).

A USP, como a Tabela 3 indica, possui no total oito teses e dissertações sobre indígenas em contextos urbanos desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, representando 25% das publicações sobre a temática. Na sequência, temos a UFRJ com 4 estudos, representando 12,5% das publicações. As demais universidades possuem números menores, alternando-se entre três e um estudo em cada instituição.

¹⁷ O NAU foi criado por José Guilherme Magnani no final da década de 1980 e ainda hoje é coordenado por ele, sendo um dos principais núcleos de antropologia urbana do Brasil.

ROSA, Marlise; REIS, Rodrigo. Povos indígenas em contextos urbanos na América Latina: algumas considerações a partir da realidade brasileira. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-39, jan./abr. 2023.

Tabela 4 – Teses e dissertações sobre indígenas em contextos urbanos segundo as universidades e os locais da pesquisa de campo

Universidade	Local da pesquisa													Total
	AM	AM/PA	CE	GO	MS	MX	PA	PB	PR	PE	RR	SC	SP	
UFG	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
UFMS	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
UFPA	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
UFPB	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
UFPE	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2
UFPR	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	3
UFRGS	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
UFRJ	2	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4
UFRN	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
UFRR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
UFSC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
UFSCAR	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	3
UnB	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
USP	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	8
Total	12	1	1	1	3	1	1	1	3	1	2	2	3	32

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Observa-se ainda que (Tabela 4), além dos estudos realizados com populações indígenas em cidades brasileiras, encontramos o registro de uma tese de doutorado cuja pesquisa foi realizada na cidade de Mérida, no México. Aqui no Brasil, como acabamos de mencionar, há uma maior concentração de pesquisas ($n = 13$)¹⁸ em cidades pertencentes ao estado do Amazonas, região Norte, porém, realizadas por pesquisadores vinculados a universidades localizadas no eixo Centro-Sul. Os estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo possuem o mesmo número de pesquisas ($n = 3$), mas, com exceção do primeiro, onde dois pesquisadores são vinculados a universidades de outras regiões, nos demais casos, os pesquisadores pertencem a universidades do próprio estado ou de estados vizinhos. O mesmo ocorre em Santa Catarina ($n = 2$), Roraima ($n = 2$) e em Goiás ($n = 1$). No Pará ($n = 2$), um dos pesquisadores é vinculado à universidade local, outro à universidade da região Sudeste (aqui, considerou-se também o estudo realizado no Amazonas e Pará). Nesse conjunto de dados, vale ainda observar que, a região Nordeste, embora, como vimos anteriormente, concentre o maior número de pessoas indígenas vivendo em cidades, apresenta poucas pesquisas sobre essa temática, somando três estudos no total, todos eles

¹⁸ Somam-se 12 trabalhos de pós-graduação realizados exclusivamente no Amazonas, mas aqui, como dito anteriormente, incluímos também o estudo cuja pesquisa ocorreu parte nesse estado e parte no Pará, totalizando 13 trabalhos. O referido estudo também foi incluído ao número de pesquisas realizadas no Pará, totalizando dois trabalhos.

realizados por pesquisadores vinculados a universidades da própria região.

Além de teses e dissertações, outros estudos sobre indígenas em contextos urbanos são desenvolvidos no âmbito de projetos de pesquisa de professores universitários, como, por exemplo, o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), coordenado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e posteriormente estendido para outras universidades a partir do estabelecimento de uma rede de pesquisadores. No Amazonas, o PNCSA produziu uma série de fascículos temáticos¹⁹ sobre comunidades indígenas em cidades. Em 2009, também publicou a coletânea *Estigmatização e Território: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus* (ALMEIDA e SANTOS, 2009), que reúne um conjunto de dez textos de diferentes autores. Com essa coletânea, os pesquisadores do PNCSA pretendiam demonstrar que embora haja o constante risco de os indígenas em contextos urbanos serem tratados como uma “pobreza exótica”, eles estariam, na verdade, “imprimindo uma nova ‘fisionomia étnica’ às cidades” (ALMEIDA e SANTOS, 2009, p. 11), por meio de sua diversidade sociocultural.

O próprio GEU/NAU, já citado aqui, também corresponde a um projeto de pesquisa que agregou estudantes de graduação, de mestrado e de doutorado. Magnani e Andrade (2013) explicam que o NAU se aproximou do debate sobre indígenas em contextos urbanos na Amazônia por meio de um projeto desenvolvido no âmbito do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) da CAPES, vigente entre 2008 e 2012. A conclusão do projeto, contudo, não implicou o fim das atividades de pesquisa, ocorrendo uma série de defesas de teses e dissertações posterior a isso.

Como PNCSA e o GEU/NAU, sem dúvidas, outras iniciativas existiram, porém, neste momento, não será possível mapeá-las. Essas pesquisas, assim como diversos outros empreendimentos investigativos, dão origem a artigos publicados em revistas científicas, livros e capítulos de livros, além de trabalhos apresentados em simpósios e congressos acadêmicos. Por ora, também não conseguiremos realizar um levantamento desse conjunto de publicações, mas, a partir das teses e dissertações encontradas é possível apontar algumas tendências e vinculações teóricas, como veremos a seguir.

Tendências e vinculações teóricas

A etnologia brasileira, conforme Ramos (2010), possui dois modelos marcantes: o primeiro, sobre o qual já falamos aqui, foi formulado na década de 1960 por Roberto Cardoso de Oliveira, pautando-se na noção de fricção interétnica; o segundo, surgido mais de 30 anos depois, foi idealizado por Eduardo Viveiros de Castro e ficou conhecido

¹⁹ Os fascículos temáticos podem ser acessados no site do PNCSA (<http://novacartografiasocial.com.br/>), no item “publicações”.

ROSA, Marlise; REIS, Rodrigo. Povos indígenas em contextos urbanos na América Latina: algumas considerações a partir da realidade brasileira. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-39, jan./abr. 2023.

como perspectivismo ameríndio. O modelo de fricção interétnica ganhou espaço na América Latina, arrolado a preocupações sobre o destino dos povos indígenas, ao passo que o perspectivismo ameríndio teve mais espaço na Europa, onde prevalecia a preocupação em representar o mundo simbólico interno aos povos indígenas. É do subcampo da etnologia indígena, portanto, que, na opinião de Ramos (2010, p. 26) “surgem os modelos de análise que, até o presente, têm marcado com mais força a Antropologia brasileira e feito dela uma espécie de produto de exportação”.

Para Souza Lima (1998, p. 263), trata-se de “dois modos distintos de construir conhecimento sobre as sociedades indígenas e o desenvolvimento social”, “duas grandes vertentes” dos estudos antropológicos sobre populações indígenas, uma delas rotulada como “etnologia clássica” e a outra como “etnologia do contato interétnico”.

Uma depurada de compromissos com a administração pública, voltada puramente para o desvendamento das “dimensões internas” da vida dos povos indígenas; outra “descendente” direta de preocupações administrativas, via Darcy Ribeiro, Eduardo Galvão e Roberto Cardoso de Oliveira, em suas passagens pelo [Serviço de Proteção ao Índio] SPI, na presença em instância como o [Conselho Nacional de Proteção aos Índios] CNPI, voltada somente para o estudo das interações com a “sociedade nacional” etc. (SOUZA LIMA, 1998, p. 263).

Na análise de Viveiros de Castro (1999), o foco da “escola do contato” estaria centrado no polo colonial, a partir do qual os indígenas seriam considerados criaturas do olhar objetificante do Estado nacional. Já a outra corrente, chamada por ele de “antropologia indígena”, teria uma perspectiva centrada no polo nativo, buscando apreender a atividade criadora dos povos indígenas na constituição do “mundo dos brancos”. Ele refuta a argumentação de que estariam preocupados com “dimensões internas”, afirmando que as dimensões externas determinadas por regimes sociocosmológicos indígenas podem não ser a mesma coisa que a sociedade nacional e que, uma vez fixada a perspectiva no polo indígena, tudo se tornaria interno a ele, inclusive a “sociedade envolvente”.

Sob críticas mútuas que se perpetuam ao longo dos anos, além de “profundamente arraigada no senso comum antropológico brasileiro” (SOUZA LIMA, 1998, p. 263), essa “oposição totêmica”, apesar de suas devidas reformulações internas e das transformações do próprio campo, ainda se retroalimenta na produção etnológica brasileira, repercutindo também nos estudos sobre indígenas em contextos urbanos. Magnani e Andrade (2013, p. 49), ao tentarem mapear a produção bibliográfica sobre indígenas em cidades da Amazônia, observaram que, a linha interpretativa da maioria dos trabalhos seria caudatária da noção de fricção interétnica, “atravessada pelas questões da identidade e da etnicidade”, outros, no entanto, adotariam “como fatores explicativos

elementos do plano sociocosmológico”, filiando-se ao perspectivismo ameríndio.

Entre os trabalhos alinhados às formulações de Roberto Cardoso de Oliveira e elaborações mais recentes de João Pacheco de Oliveira, podemos citar Barbosa da Silva (2007), cuja tese teve o objetivo de identificar como famílias Guaraní Kaiowá e Guaraní Nandéva que vivem em diferentes localidades – aldeias, núcleos urbanos, fazendas e acampamentos de beira de estrada – em Mato Grosso do Sul, configuram suas redes de relações entre indígenas e brancos. Sua constatação foi que, independentemente do local em que residam, o princípio orientador das ações e condutas é a família extensa, de modo que as relações com os não indígenas são estabelecidas com a finalidade de potencializar recursos para o grupo doméstico.

O trabalho de Albuquerque (2017)²⁰ se vincula ao mesmo referencial teórico, dedicando-se à análise da emergência da performance “dança dos praiás” entre os indígenas Pankararu na cidade de São Paulo (São Paulo). Para o autor, em decorrência do “modelo museu” como paradigma da etnicidade, essa população é invisibilizada enquanto uma comunidade etnicamente diferenciada, e, por isso, faz da performance uma forma de tradução intercultural contra hegemônica, cuja finalidade é dotá-los de capital simbólico. Assim, ao afirmarem sua condição étnica por meio da “dança dos praiás”, os Pankararu em São Paulo visam superar o “preconceito de autenticidade”, que os rotula de “assimilados” (preconceito fenotípico), “aculturados” (preconceito linguístico) e “desaldeados” (preconceito político-administrativo).

Vinculados ao referencial teórico do perspectivismo ameríndio, temos os trabalhos Lasmar (2005)²¹ e Nunes (2012), entre outros. Lasmar (2005, p. 23) procura “refletir sobre o movimento dos habitantes do rio Uaupés (afluente do rio Negro) em direção ao mundo dos brancos, buscando delinear o seu sentido segundo os princípios da sociocosmologia nativa” Assim, ao se debruçar sobre a trajetória de algumas mulheres indígenas na cidade de São Gabriel da Cachoeira (Amazonas), enfatizando suas escolhas matrimônios – que indicariam a preferência por homens brancos –, a autora afirma que os casamentos, de certo modo, fazem parte de uma estratégia das indígenas para acessarem com maior facilidade o “mundo dos brancos”, e, com isso, reordenarem sua posição na estrutura familiar.

Já Nunes (2012), em sua pesquisa junto ao povo Karajá da aldeia Buridina em Aruanã (Goiás), elabora a ideia de mistura para refletir tanto sobre os filhos dos casamentos com brancos quanto sobre os “índios puros”. A mistura, na concepção do autor, seria a forma indígena da relação entres as perspectivas indígenas e não indígenas. Desde a década de 1970, os Karajá de Buridina se casam com não indígenas, porém, da mistura em lugar de resultar uma população mestiça, cria-se uma

²⁰ A tese que deu origem ao livro (ALBUQUERQUE, 2017), foi defendida em 2011, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, sob orientação de Antonella Tassinari.

²¹ A tese que deu origem ao livro (LASMAR, 2005), foi defendida em 2002, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, sob orientação de Bruna Franchetto.

ROSA, Marlise; REIS, Rodrigo. Povos indígenas em contextos urbanos na América Latina: algumas considerações a partir da realidade brasileira. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-39, jan./abr. 2023.

comunidade composta por pessoas misturadas. Pessoas misturadas, por sua vez, realizariam o duplo movimento de aparentamento e alteração, em um processo que transita entre “virar índio” e “virar branco”.

Há pouco mais de uma década, outro referencial teórico que se estabeleceu nos estudos sobre indígenas em cidades, sobretudo no âmbito do GEU/NAU, foi a utilização da família de categorias pedaço, mancha, trajeto, pórtico e circuito, desenvolvidas por Magnani (1992; 2002) no contexto de suas pesquisas em antropologia urbana.

A noção de pedaço, segundo Magnani (2002, p. 20), “supõe uma referência espacial, a presença regular de seus membros e um código de reconhecimento e comunicação entre eles”. As manchas, por sua vez, são áreas contíguas da cidade dotadas de equipamentos, que marcam limites ou viabilizam uma atividade predominante. O trajeto diz respeito “aos fluxos recorrentes no espaço mais abrangente da cidade e no interior das manchas urbanas” (MAGNANI, 2002, p. 23). Os pórticos são lugares que estariam entre uma mancha e outra, escapando de seus sistemas de classificação; são espaços da paisagem urbana que conformam passagens. O circuito, por fim, “trata-se de uma categoria que descreve o exercício de uma prática ou oferta de determinado serviço por meio de estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial, sendo reconhecido em seu conjunto pelos usuários habituais” (MAGNANI, 2002, p. 23). Essas categorias, segundo o autor, “descrevem as formas como podem se apresentar alguns desses recortes da paisagem urbana” (MAGNANI, 2002, p. 25), contribuindo para identificar a dinâmica cultural e a sociabilidade na metrópole.

As teses e dissertações desenvolvidas por pesquisadores vinculados ao GEU/NAU foram defendidas entre 2012 e 2018, e pretendiam, de modo geral, compreender a relação entre cosmologias e formas políticas indígenas com a cidade. Entre elas, citamos Mauro (2016)²², cuja pesquisa analisou a circulação de sementes utilizadas para a confecção de artesanato por indígenas Saterê-Mawé em Manaus. A autora argumenta que os caminhos das sementes dissolveriam as fronteiras entre aldeia e cidade, formando um circuito específico, marcado pela circulação de pessoas, saberes, narrativas e coisas.

Tem-se também a tese de Andrade (2018), que se concentrou na dinâmica de conformação de circuitos entre cidades e aldeias por indígenas Saterê-Mawé. Por meio da análise das práticas de mobilidade saterê-mawé, sua relação com a conformação de locais de habitação e da feitura de parentes, o autor buscou compreender concepções nativas sobre territorialidade, pessoa etc.

Para Magnani e Andrade (2013), as pesquisas sobre indígenas em cidades da Amazônia contribuem não somente para mostrar que a cidade, seja como local de passagem ou de permanência dos indígenas, não

²² A defesa da dissertação de mestrado de Mauro (2016) ocorreu em 2015, porém, a correção e depósito da versão final no banco de teses e dissertações da USP foram realizados em 2016, por isso a divergência entre esta informação e aquelas apresentadas nas tabelas referentes ao mapeamento de estudos sobre indígenas em contextos urbanos.

implica a diluição de práticas tradicionais, mas também nos ajudam a repensar modelos e categorias da antropologia urbana, forjadas a partir de pesquisas em grandes cidades do sul do Brasil. Com isso, argumentam, “pode-se avançar não só no conhecimento de sua peculiar inserção na dinâmica urbana, como também na compreensão do próprio fenômeno urbano contemporâneo” (MAGNANI e ANDRADE, 2013, p. 73).

Situadas, grosso modo, a partir de três eixos principais, que trazem preocupações, questionamentos e interpretações antropológicas distintas – um com foco na etnicidade e relações interétnicas, outro voltado à compreensão de dimensões sociocsmológicas e o último dedicado à análise das formas de ocupação/apropriação da cidade –, as pesquisas refletem sobre diferentes aspectos que compõem o cotidiano de indígenas em contextos urbanos no Brasil. Contribuem, desse modo, não somente para uma maior visibilidade da presença indígena em cidades, como também para o conhecimento dessas múltiplas realidades.

Contribuições do dossiê

O presente dossiê teve como objetivo reunir trabalhos que propiciem um panorama da realidade de indígenas em contextos urbanos na América Latina. Para tanto, contemplamos textos que abordam os diversos fluxos, mobilidades ou processos migratórios do passado ou em curso; os meios de vida e de construção de urbanidades; as variadas relações políticas, econômicas e sociais que interligam terras indígenas e cidades; as estratégias indígenas de acesso às políticas públicas diferenciadas, assim como as manifestações artísticas, dinâmicas culturais e cerimoniais, entre outros aspectos que permeiam o cotidiano dessas populações em diferentes cidades latino-americanas. O dossiê reúne um conjunto de 17 artigos sobre povos indígenas em áreas urbanas na Argentina, Bolívia, Brasil, Guiana, México, Uruguai e Venezuela, que serão brevemente apresentados a seguir.

O artigo “*Pueblos originarios en contextos urbanos más allá de la autoadscripción: una propuesta para su identificación en México*”, de Gabriela González del Ángel, abre este dossiê com uma análise comparativa de abordagens antropológicas de tradição mesoamericana sobre o conceito “povos originários”. Por meio da apreciação das distintas conceitualizações, a autora propõe que aspectos referentes à historicidade, à comunalidade e à territorialidade sejam levados em conta nos processos de reconhecimento de povos originários na Cidade do México. González del Ángel explica que a expressão “povos originários” remete à concepção histórica de sujeito coletivo que revela a origem pré-hispânica das comunidades e as situa como integrantes da Cidade do México, participantes dos processos de urbanização, porém, organizadas como unidades identitárias baseadas em aspectos históricos, territoriais, econômicos, políticos e sociais. A autora argumenta ainda que, ao se identificarem como originárias e não como indígenas, essas comunidades

estariam se posicionando face à carga depreciativa e discriminatória atribuída à definição de povos indígenas naquele país.

Ivy Jacaranda Jasso Martínez e Marisela Infante Alatorre também refletem sobre a presença indígena em contextos urbanos a partir de experiências mexicanas. O artigo “*Cambios en la alimentación entre familias que han migrado del campo a la ciudad: prácticas y afectaciones a la salud entre población nahua en León, Guanajuato, México*”, tem como objeto de análise as mudanças na alimentação e os problemas de saúde de famílias indígenas Nahuá na cidade de León. As autoras falam sobre os deslocamentos para as cidades em busca de trabalho e a inserção desses indígenas no comércio informal com a venda de flores. Diante da falta de qualificação profissional e baixa escolaridade, essa seria a principal fonte de renda das famílias Nahuá. Martínez e Alatorre relatam ainda que as famílias se instalam em habitações precárias, dispondo de recursos insuficientes para a compra de alimentos, o que, por sua vez, corrobora para o desenvolvimento de doenças crônicas, sintomas de desnutrição, além de alergias decorrentes da longa exposição ao sol e às pesticidas usadas nas flores. Apesar dos agravos em saúde e da existência de serviços públicos e gratuitos, as autoras explicam que os indígenas consideram o atendimento deficiente porque, longe de atendê-los, acaba expondo-os a possíveis formas de discriminação.

Mais ao sul do continente, temos o artigo “*Un país con indios: procesos de rescotrucción étnica Charrúa y algunas de sus tensiones en el Uruguay*”, de Ana Francesca Repetto Iribarne, que focaliza processos de autoidentificação e reconstrução étnica do povo Charrúa naquele país. A autora demonstra que, desde o século XIX, construiu-se uma imagem do Uruguai como um país sem a presença indígena, de modo que, até mesmo segmentos da antropologia nacional têm se posicionado de maneira contrária à pauta da autoidentificação, desqualificando os Charrúa que passam a afirmar seu pertencimento étnico. O fato de não constituírem comunidades indígenas territorializadas, residirem em espaços urbanos, não falarem uma língua indígena e praticarem suas tradições apenas no âmbito privado se soma à narrativa histórica do desaparecimento indígena no Uruguai, afetando o reconhecimento por parte do Estado, da sociedade, e a garantia de direitos. A contrapelo disso, Repetto aponta que os Charrúa se mobilizam politicamente desde meados dos anos 1980, conseguindo algumas conquistas, entre elas, a inclusão de perguntas sobre a ascendência indígena nos censos nacionais.

De modo semelhante, Valentina Stella em “*Ser juntos’ en las ciudades: procesos de subjetivación mapuche-tehuelche en la región de la costa y valle de Chubut (Patagonia, Argentina)*”, reflete sobre processos de produção de relationalidades indígenas entre pessoas que se autodeclararam Mapuche-Tehuelche em contextos urbanos da Patagonia argentina. A partir de trajetórias indígenas, a autora analisa como os Mapuche-Tehuelche começaram a lembrar, a se questionar sobre suas origens e a assumir legados ancestrais no território urbano, dando início ao processo criativo de reconstrução identitária. Stella explica que, na

década de 1990, o Estado, com intuito de resgatar a história e a língua mapuche-tehuelche, fomentou assembleias, reuniões e eventos, fazendo com que trajetórias individuais se encontraram e, em um “estar junto” em formação, assumissem processos de luta e subjetivação como pertencentes a um povo indígena. Com isso, os Mapuche-Tehuelche modificaram as gramáticas e vocabulários hegemônicos que delimitavam suas formas de aparecer e os consideraram extintos, empreendendo processos de subjetivação que substancializaram mobilizações coletivas em uma região urbana jamais pensada como lugar de resistência indígena.

Em Bahía Blanca, cidade argentina de médio porte, localizada a sudoeste de Buenos Aires, a presença indígena também é questionada e negada historicamente. Ana Clara Denis, em “*Pueblos originarios y Estado municipal en Bahía Blanca (Argentina): búsquedas interculturales y respuestas institucionales en una ciudad desigual*”, apresenta as demandas indígenas encaminhadas ao governo municipal por meio de solicitações formais entre 1990 e 2015. A autora classifica essas solicitações em três grupos definidos com base nas características do que foi solicitado pelos indígenas e nas respostas estatais obtidas: a) declaração de interesse municipal em atividades de autogestão; b) realização de ações específicas que, embora promovidas por alguma organização, deveriam ter sido executadas Estado; c) a cessão de bens imóveis a organizações indígenas. As informações encontradas nas fontes são complementadas ou contrastadas por depoimentos obtidos pela autora. Desse modo, Denis identifica não somente as demandas indígenas, mas também as diferentes pessoas, instituições e organizações envolvidas nos processos, concluindo que, aquelas que direcionaram suas solicitações ao Estado se apropriaram e ressignificaram distintos espaços de participação.

A invisibilidade e a heterogeneidade dos povos indígenas argentinos, sobretudo aqueles que vivem em contextos urbanos, são objeto de análise do texto “*Presencia indígena al sur del Área Metropolitana de Buenos Aires, Argentina*”, de Juan Manuel Engelman. O autor faz uso de estatísticas públicas para indicar tanto a expressiva presença indígena na Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA) e na Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA) quanto o significativo percentual representado pela juventude indígena, destacando a importância desses dados no que diz respeito à formulação de políticas públicas que contemplem as necessidades de uma população heterogênea. Engelman reflete ainda sobre as experiências de organizações etnopolíticas, focalizando a participação do *Consejo Indígena de Almirante Brown* (CIAB) na *Coordinación de Pueblos Originarios de Almirante Brown* (CPOAB), setor da administração municipal, e a *Agrupación Artístico Cultural Bartolinas Danzas Andinas*, um coletivo autogestionado de mulheres indígenas com uma agenda política interseccional e diversa.

O artigo “*Marka, ayllu e w’aka em São Paulo (Brasil) e em Buenos Aires (Argentina): transterritorialização aymara e quechua em situação*”

migratória”, escrito por Cristina de Branco, também traz reflexões a respeito de vivências indígenas na Argentina, porém, comparando-as a situações equivalentes na maior metrópole brasileira. A autora propõe uma análise comparativa do modo como indígenas Aymara e Quechua em situação de migração internacional expandem seus territórios para além do Altiplano andino. Ela demonstra como, apesar da distância geográfica, indígenas migrantes na capital paulista e na *porteña* constroem territórios étnicos entre seus vizinhos, familiares, grupos de música e dança e por meio de articulações políticas. Ao apresentar as definições de *ayllu*, que se refere à articulação comunitária indígena e *marka*, que significa território com limites geopolíticos marcados, Branco discute como conceitos territoriais e sagrados, como *w'aka*, são articulados emicamente por esses sujeitos em ambas as cidades. A autora aponta ainda os conflitos decorrentes dos processos de readaptação e disputa territorial que se pautam na reafirmação da existência aymara e quechua fora de seus territórios de origem.

Mariana Bruce, por sua vez, apresenta uma reflexão sobre os Aymara, mas em seu território ancestral, na Bolívia. Em “Relatos de um Mundo *Ch'ixi*: El Alto/Bolívia”, Bruce reflete sobre a realidade de indígenas em contextos urbanos a partir da noção de “Mundo *Ch'ixi*” proposta pela socióloga aymara Silvia Rivera Cusicanqui. O Mundo *Ch'ixi*, segundo a autora, assenta-se na alteridade radical das lutas indígenas naquele país, particularmente, nas dinâmicas comunitárias de re-existências de mulheres indígenas e na esfera cotidiana das lutas locais. A perspectiva *ch'ixi* reconhece a coexistência de distintas culturas em um mesmo contexto marcado pelo colonialismo interno, apostando no caminho do entre-mundos. Mostra-se, portanto, como um campo fértil para pensar as identidades indígenas em El Alto, onde 74% da população, conforme o censo de 2012, autodeclara-se indígena Aymara. Apesar de estar localizada a 10km de La Paz e apresentar características urbanas-moderno-ocidentais, Bruce demonstra que El Alto mantém fortes referências do comunitarismo indígena facilmente percebidas nas feiras, entre elas a Feira *16 de Julio*, e nas *juntas vecinales*, a exemplo da experiência na Guerra do Gás de 2003.

Partindo para situações referentes aos povos indígenas e aos contextos urbanos no Brasil, apresentamos o artigo “Povos indígenas e novas experiências urbanas na América portuguesa: reformismo pombalino, participação política e pesquisa em rede colaborativa”, de Vânia Maria Lousada Moreira. A autora analisa o projeto político pombalino para os povos indígenas em interface com os diferentes interesses em disputa durante a negociação e implementação das reformas nos aldeamentos. A partir de um estudo realizado no âmbito do grupo de pesquisa “Vilas Indígenas Pombalina”, Moreira examina como os interesses metropolitanos, coloniais e indígenas eram operacionalizados durante esse processo histórico, dedicando especial atenção ao protagonismo e à participação política dos indígenas. A autora demonstra que, com a elevação dos aldeamentos coloniais à condição de vilas, os indígenas receberam honras e privilégios dos homens bons, assumindo

cargos de vereadores, juízes e outros oficiais das câmaras instituídas nessas localidades. Criticando o debate historiográfico que julga como falaciosa a representação política exercida pelos indígenas, Moreira argumenta que eles se utilizaram do Diretório para ampliar sua autonomia face à sociedade colonial.

Em “Os (des)encontros entre etnicidade indígena e urbanização na Amazônia brasileira”, Tatiane Costa Malheiro busca compreender a presença indígena nos processos históricos e geográficos de formação de núcleos urbanos ao longo da bacia Araguaia Tocantins, na Amazônia brasileira. A autora reflete sobre a ideia de “aldear o índio”, indicando que ela consistiu em uma estratégia de expansão dos projetos coloniais, cuja materialização implicava o reposicionamento de coletividades inteiras dentro de uma geometria do poder imposta pelo Estado e pelo capital. Com isso, em virtude da geografia do contato interétnico e das formas espaciais impostas aos indígenas, consolidou-se a concepção de que eles não são parte das cidades. Na contemporaneidade, porém, Malheiro observa que a relação entre etnicidade indígena e urbanização é marcada por múltiplos processos, tanto no que refere às razões para os deslocamentos quanto às vivências no espaço urbano, sinalizando que a incorporação da cidade às práticas sociais, políticas, econômicas e culturais dos povos indígenas não implica o rompimento do vínculo com seus respectivos territórios e grupos étnicos.

Os fluxos e relações com as comunidades de origem recebe destaque no artigo “Trajetórias, pertencimentos e lutas do viver na cidade: mulheres indígenas em Oiapoque (Amapá, Brasil)”, de Maria Alice Costa Oliveira. A autora reflete sobre as múltiplas faces do cotidiano de mulheres indígenas em contextos urbanos e sobre as implicações de morar na cidade, apontando as estratégias pessoais e coletivas para a continuidade e o fortalecimento dos vínculos com a aldeia. O acesso à educação e ao trabalho, por um lado, leva inúmeros indígenas a se mudarem para a cidade, por outro, o direito de atendimento diferenciado à saúde, negado àqueles considerados “desaldeados”, leva-os de volta à aldeia ainda que por ocasião de consultas médicas. Diante disso, Oliveira chama a atenção para a dualidade que compõe “estar na cidade, ser da aldeia”, enfatizando que a identidade étnica não depende do “estar em”, mas sim, do “ser e sentir-se como”. Apesar de todos os desafios, que incluem o racismo e a sobrecarga decorrente de suas atribuições ditas femininas (mãe, esposa, filha, dona de casa etc.), a presença de mulheres indígenas em Oiapoque tem contribuído para fortalecimento do movimento indígena e das organizações políticas de base.

Nathalia Bianca da Silva Martes e a antropóloga indígena do povo Macuxi, Melina Carlota Pereira, também se debruçam sobre trajetórias de mulheres indígenas no artigo “Entre a comunidade e a cidade: deslocamento e trajetórias de mulheres indígenas na cidade de Boa Vista (Roraima, Brasil)”. As autoras analisam as experiências de mulheres indígenas Macuxi e Wapichana provenientes de comunidades localizadas na Guiana, que, entre 1980 e 2000, deslocaram-se para Boa Vista. Essas mulheres são integrantes da Associação Cultural Indígena Kapóí, criada

em 2003 para estimular manifestações culturais indígenas na capital roraimense. Ali, elas reafirmam o seu pertencimento étnico e visibilizam a presença indígena por meio da produção de artesanatos, da realização de danças e do preparo de comidas e medicinas tradicionais. Martes e Pereira refletem sobre os motivos pelos quais essas mulheres deixaram suas comunidades de origem e os desafios enfrentados na vida urbana, destacando ainda sua atuação política e participação ativa nos processos de decisão para seus povos. Apesar de terem cruzado as fronteiras nacionais entre Brasil e Guiana, as mulheres indígenas afirmam que seu deslocamento ocorre dentro do território sagrado e ancestral para seus povos.

Os deslocamentos transnacionais estabelecidos por povos indígenas são também analisados por Cristina de Branco, como já mencionado neste texto, e por Gabriel Calil Maia Tardelli em “Os caminhos dos Warao: configurações dos deslocamentos entre Venezuela, Brasil e Guiana”. O autor apresenta um exercício de descrição comparativa das situações enfrentadas e das estratégias adotadas por essa coletividade diante de processos que impeliram famílias originárias de diferentes localidades do delta do Orinoco, na Venezuela, a se deslocarem para inúmeras cidades e comunidades no Brasil e na Guiana. Os dados etnográficos reunidos no artigo, resultantes de uma experiência de mais de três anos de pesquisa de campo em Roraima e Pará, no Brasil, e em diferentes localidades de Mabaruma, na Guiana, dão corpo à reflexão sobre a situação dos Warao em sua luta diária por melhores condições de vida em outro país. Tardelli destaca os inúmeros desafios enfrentados, sobretudo na proximidade de centros urbanos, como o uso abusivo de álcool e outras drogas, aliciamento por organizações criminosas, exploração laboral, exploração e abuso sexual, agressões verbais e físicas, chamando a atenção para os limites das classificações estatais e o risco de estereotipação presentes em discursos supostamente amparados em características da “cultura warao”.

Dassuem Nogueira, por sua vez, em “Reflexões sobre a atenção à saúde que os Warao têm no Brasil e a necessidade de atenção diferenciada à saúde para indígenas em contexto de cidade”, focaliza a situação dos Warao em cidades brasileiras, inserindo-se no debate acerca da necessidade de ampliação das políticas públicas diferenciadas para indígenas em contextos urbanos. A reflexão parte de sua atuação enquanto antropóloga em abrigos destinados aos indígenas Warao nas cidades de Santarém (Pará), em 2018, e Manaus (Amazonas), em 2020, durante a pandemia de Covid-19. A partir de sua atuação em abrigos, Nogueira identificou a distância entre o acesso à saúde pública garantido pela rede SUS e a efetividade da atenção diferenciada em saúde aos povos indígenas em contexto urbano, seja aos Warao ou aos indígenas brasileiros. Trata-se, portanto, de uma contribuição à reflexão sobre a condição indígena dos Warao no Brasil e da responsabilidade brasileira, por meio de políticas públicas que garantam o direito à atenção diferenciada e às condições dignas de nascer, de viver e de morrer.

Assim como ocorre na saúde, os indígenas em contextos urbanos também encontram barreiras de acesso aos equipamentos e serviços de assistência social, como demonstram Gheysa Daniele Pereira Moura e Silvia Carla Macedo Cardoso Furtado, no artigo “A proteção social voltada à população indígena em contexto urbano no Brasil”. As autoras analisam como o antagonismo entre aldeados e não aldeados afeta a garantia de proteção social aos indígenas que vivem em cidades, falam sobre o processo jurídico e político de apagamento étnico, demonstrando como a visão exotizada dos povos indígenas influencia o acesso desses sujeitos, especialmente aqueles que vivem em áreas urbanas, aos seus direitos enquanto uma população etnicamente diferenciada. Moura e Furtado explicam a estruturação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), seus serviços e competências, argumentando que a proteção social de indígenas em contextos urbanos deve se pautar na garantia do direito à diferença e à existência enquanto indígena. Para isso, no entanto, elas reconhecem que o Serviço Social precisará passar por um processo de descolonização do próprio pensamento, construindo um novo olhar sobre os povos indígenas na atualidade.

O artigo “Ocupações urbanas indígenas: observações sobre o caso dos indígenas do Vale do Javari em Atalaia do Norte (Amazonas, Brasil)”, de autoria do antropólogo indígena Josileno Estevão Marubo, oferece-nos elementos para pensar não somente presença de indígenas em áreas urbanas, mas a apropriação do espaço e os fluxos entre cidades e aldeias em uma região internacionalmente conhecida por apresentar a maior concentração de povos isolados e de recente contato do mundo. O autor apresenta os dados de sua pesquisa realizada em uma área urbana conhecida como beco Júlio Maurício, em Atalaia do Norte, onde residem indígenas pertencentes aos povos Marubo, Mayoruna, Kanamari e Matis, da Terra Indígena Vale do Javari. O acesso à educação é uma das principais causas dos deslocamentos para as cidades, sobretudo entre jovens, resultando no esvaziamento das aldeias. O acesso à saúde também influencia a tomada de decisão. Por isso, Marubo argumenta que, tanto a implementação do ensino médio nas escolas indígenas quanto o aperfeiçoamento dos atendimentos de saúde, contribuiriam para a permanência dos indígenas em suas aldeias. Apesar disso, ele enfatiza que os indígenas são livres para ir e vir como qualquer outro cidadão.

Por fim, encerrando este dossiê, temos o artigo “A Urbanização dos indígenas à luz da Teoria Urbana Crítica: interpretações a partir dos Pataxó na Região Metropolitana de Belo Horizonte (Minas Gerais, Brasil)”, de Marden Barbosa de Campos e Thiago Barbosa de Campos. Como sinalizado anteriormente, a crescente presença indígena em cidades brasileiras, principalmente após os resultados dos censos demográficos de 2000 e 2010, tem despertado o interesse de estudiosos de diferentes campos disciplinares. Contudo, embora não seja uma exclusividade dos estudos antropológicos, segue sem provocar o mesmo impulso entre especialistas da questão urbana, como geógrafos, urbanistas e planejadores urbanos. Nesse sentido, Campos e Campos propõem que

teorias contemporâneas desenvolvidas nessas áreas de conhecimento, sobretudo as elaborações da teoria urbana crítica, podem contribuir substancialmente para a compreensão do modo como grupos indígenas têm se apropriado e interagido em distintos contextos urbanos. Partindo de uma experiência de seis anos de trabalho com indígenas Pataxó na Região Metropolitana de Belo Horizonte, os autores buscam identificar, no referido arcabouço teórico, aportes capazes de compreender as relações entre processos de urbanização e de territorialização, e dinâmicas de mobilidades e novas modalidades de assentamento indígenas no Brasil.

A publicação deste dossiê coincide com a celebração do Abril Indígena, mês que marca a resistência dos povos indígenas no Brasil e, no qual, desde 2004, é realizado anualmente²³ o Acampamento Terra Livre (ATL), a maior mobilização indígena do país. Coincide também com o início de uma mudança política para essa população, após quatro anos de resistência e enfrentamento a um governo nefasto e criminoso, que fomentou a violência contra seus corpos, as invasões de seus territórios, as grilagens de suas terras, o desmatamento, a mineração clandestina e a morte, especialmente no contexto da pandemia de Covid-19. Pela primeira vez na história do Brasil, os povos indígenas estão à frente da política indigenista comprometidos em transformá-la em uma política indígena. São eles que conduzem o recém-criado Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e a FUNAI, enfatizando que, após 522 anos, “o futuro é o oposto de um passado que deve ser ultrapassado.” O futuro é ancestral e não haverá “nunca mais um Brasil sem nós”²⁴.

Esperamos que os artigos reunidos neste dossiê contribuam para a visibilidade da presença indígena em cidades latino-americanas, estimulando não somente o debate acadêmico, mas também a atuação política, a fim de que a situação de domicílio não continue sendo um determinante para o acesso aos direitos diferenciados que lhes são assegurados pelas constituições nacionais e por tratados internacionais. A América Latina é terra indígena!

²³ Com exceção das edições de 2010, realizada em Campo Grande (Mato Grosso do Sul), de 2012, que ocorreu durante a Cúpula dos Povos, evento paralelo à conferência Rio+20, no Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), e das edições de 2020 e 2021, realizadas em formato virtual em decorrência da pandemia de Covid-19, o ATL ocorre anualmente em Brasília (Distrito Federal).

²⁴ No Dia Nacional dos Povos Indígenas, comemorado em 19 de abril, o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) lançou a campanha “Nunca mais um Brasil sem nós”, que tem a objetivo celebrar a força da ancestralidade e visibilizar a luta dos 305 povos indígenas brasileiros e da preservação de 274 línguas por eles faladas. O vídeo da campanha pode ser acessado em: https://www.youtube.com/watch?v=qjg0dn4W_I.

ROSA, Marlise; REIS, Rodrigo. Povos indígenas em contextos urbanos na América Latina: algumas considerações a partir da realidade brasileira. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-39, jan./abr. 2023.

Referências bibliográficas

ALARCON, Daniela Fernandes. **O retorno da terra**: as retomadas na aldeia tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia. São Paulo: Elefante, 2019.

ALARCON, Daniela Fernandes. **O retorno dos parentes**: mobilização e recuperação territorial entre os Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia. Rio de Janeiro: E-papers, 2022.

ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. **O regime imagético Pankararu**: Performance e arte indígena na cidade de São Paulo. Florianópolis: UFSC, 2017.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. SANTOS, Glademir Sales dos (org.). **Estigmatização e território**: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia; Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ANDRADE, José Agnello Alves Dias de. **“Tudo para onde eu chego tenho minha casa”**: mobilidade, parentesco, territorialidade sateré-mawé entre cidades amazônicas. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, 350 f.

BAINES, Stephen. As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade. **Brasil Indígena**, Fundação Nacional do Índio, 7:15-17, 2001.

BARBOSA DA SILVA, Alexandra. **Mais além da “aldeia”**: território e redes sociais entre os Guarani de Mato Grosso do Sul. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, 256 f.

BASTOS, João Luiz; SANTOS, Ricardo Ventura; CRUZ, Oswaldo Gonçalves; LONGO, Luciene A. F. B.; SILVA, Leandro Okamoto da. Características sociodemográficas de indígenas nos censos brasileiros de 2000 e 2010: uma abordagem comparativa. **Cadernos Saúde Pública**, 33(1): 1-17, 2017.

BERNAL, Roberto Jaramillo. **Índios Urbanos**: processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2009.

BETHELL, Leslie. **Historia de América Latina** – América Latina Colonial: economía. Barcelona: Editorial Crítica, 1990.

CAMPOS, Mardem Barbosa de; ESTANISLAU, Bárbara Roberto. Demografia dos povos indígenas: os Censos Demográficos como ponto de vista. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 33(2): 441-449, 2016.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Urbanização e tribalismo**: a integração dos índios ROSA, Marlise; REIS, Rodrigo. Povos indígenas em contextos urbanos na América Latina: algumas considerações a partir da realidade brasileira. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-39, jan./abr. 2023.

Terêna numa sociedade de classes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

COMISSÃO Econômica para a América Latina e Caribe. **Os povos indígenas na América Latina**: avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos. Santiago, Chile: CEPAL, 2014.

COSTA, João Paulo Peixoto. Os índios vereadores, a câmara de Messejana e a formação do Estado nacional brasileiro no Ceará. **História (São Paulo)**, 20: 1-29, 2021.

CUERVO ÁLVAREZ, Benedicto. La conquista y colonización española de América. **Historia Digital**, 28: 103-149, 2016.

DANTAS, Beatriz; SAMPAIO, José Augusto; CARVALHO, Maria Rosário de. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992, p. 431-456.

DAMASCO, Fernando Souza; ANTUNES, Marta de Oliveira. Área de interesse estatístico e geográfico: ferramentas para a ampliação da identificação étnica e dos recortes de divulgação no censo demográfico 2020. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP**. Campinas - SP: ABEP, 2018.

ELOY TERENA, Luiz. Atendimento à saúde para indígenas em contexto urbano – perspectivas a partir da decisão da ADPF 709. In: TEIXEIRA, Carla Costa; SILVA, Cristina Dias da; GARNELO, Luiza (org.). **Saúde indígena em tempos de pandemia**: movimentos indígenas e ações governamentais no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula, 2022a, p. 174-179.

ELOY TERENA, Luiz. Povos indígenas, judicialização e políticas públicas: contextualizando a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 709 no Supremo Tribunal Federal (STF) e no enfrentamento da pandemia. In: ALARCON, Daniela Fernandes; PONTES, Ana Lúcia de Moura; CRUZ, Felipe Sotto Maior; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **A gente precisa lutar de todas as formas**: povos indígenas e o enfrentamento da Covid-19 no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2022b, p. 215-243.

FORTES, Pedro Henrique Ribas. **Entre a política indígena e a política indigenista**: um estudo sobre as relações políticas entre índios e não índios em Curitiba no século XIX. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014, 183 f.

FUNDAÇÃO Perseu Abramo; ROSA Luxemburgo Stiftung. **Indígenas no Brasil**: demandas dos povos e percepções da opinião pública. São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/publicacao/indigenas-no-brasil-demandas-dos-povos-e-percepcoes-da-opiniao-publica/>>. Acesso em: 24 jan. 2023.

GUATTARI, Felix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. In: **Espaço e debates**, 16: 109-120, 1985.

HACON, Vanessa; PONTES, Ana Lúcia de Moura. A disputa de narrativas em torno dos dados acerca dos impactos da pandemia de Covid-19 entre os povos indígenas. In: ALARCON, Daniela Fernandes; PONTES, Ana Lúcia de Moura; CRUZ, Felipe Sotto Maior; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **A gente precisa lutar de todas as formas: povos indígenas e o enfrentamento da Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2022, p. 83-129.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010** – Características gerais dos indígenas: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010** – primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Comunicados: Com coleta concluída na TI Yanomami, Censo já registra 1.652.876 pessoas indígenas em todo o país. Rio de Janeiro, 3 abril 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques.html?destaque=36595>>. Acesso em: 16 abr. 2023.

INSTITUTO Socioambiental. **Localização e extensão das TIs**. Brasília, 18 out. 2022. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_TIs>. Acesso em: 10 jan. 2023.

LANGEVELDT, William; SMALLACOMBE, Sonia. Indigenous Peoples in the Urban Setting. In: UN-HABITAT; OHCHR. **Urban Indigenous Peoples and Migration: A Review of Policies, Programmes and Practices**, Nairobi, Kenya: UN-HABITAT, 2010, p. 83-86.

LASMAR, Cristiane. **De volta ao lago de leite: gênero e transformação no Alto Rio Negro**. São Paulo: Editora UNESP:ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2005.

MAGNANI, José Guilherme. Da periferia ao centro: pedaços e trajetos. **Revista de Antropologia**, 35: 191-203, 1992.

MAGNANI, José Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma antropologia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 17(49): 11-29, 2002.

MAGNANI, José Guilherme; ANDRADE, José Agnello. Uma experiência de etnologia urbana: a presença indígena em cidades da Amazônia. In: AMOROSO, Marta e SANTOS, Gilton Mendes dos (org.). **Paisagens Ameríndias: lugares, circuitos e modos de vida na Amazônia**. São Paulo: Terceiro Nome, 2013, p. 45-74.

MAINBOURG, Evelyne; ARAÚJO, Maria Ivanilde; ALMEIDA, Iolene Cavalcante. Populações indígenas da cidade de Manaus: Inserção na cidade e ligação com a cultura. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP**. Campinas - SP: ABEP, 2002.

MAURO, Ana Luísa Sertã Almada. **Seguindo sementes: circuitos e trajetos do artesanato sateré-mawé entre cidade e aldeia**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – ROSA, Marlise; REIS, Rodrigo. Povos indígenas em contextos urbanos na América Latina: algumas considerações a partir da realidade brasileira. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-39, jan./abr. 2023.

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, 212 f.

MATTOS, Izabel Missagia de. **Civilização e revolta**: os Botocudos e a catequese na Província de Minas. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

MELATTI, Julio Cezar. A antropologia no Brasil: um roteiro. **Série Antropologia** nº 38, Brasília, 1983.

MELO, Flávia; REIS, Rodrigo. Antropologia na fronteira & fronteiras da Antropologia: experiências de ensino, pesquisa e extensão universitária em uma região transfronteiriça, **Anuário Antropológico**, 46(1): 100-118, 2021.

MELO, Juliana Gonçalves. O que os índios urbanos pensam sobre a cidade? Que dimensões do urbano revelam suas narrativas? Interpretações Baré sobre Manaus, Amazonas. In: **Anais do 36º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS**. Águas de Lindóia – SP: ANPOCS, 2012.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. A serviço do império e da nação: trabalho indígena e fronteiras étnicas no Espírito Santo (1822-1860). **Anos 90**, 17(31): 13-55, 2010.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Reinventando a autonomia**: liberdade, propriedade, autogoverno e novas identidades indígenas na capitania do Espírito Santo, 1535-1822. São Paulo: Humanitas, 2019.

NAKASHINA, Edson Yukio; ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. A cultura política da visibilidade: Os Pankararu na cidade de São Paulo. **Estudos Históricos**, 24(47): 182-201, 2011.

NUNES, Eduardo Soares. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? **Espaço Ameríndio**, 4(1): 9-30, 2010.

NUNES, Eduardo Soares. **No asfalto não se pesca**: parentesco, mistura e transformações entre os Karajá de Buridina (Aruanã-GO). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012, 425 f.

OKAMOTO, Leandro; ANTUNES, Marta; DAMASCO, Fernando. Povos indígenas nas estatísticas oficiais: identificação étnica, recomendações internacionais e a experiência brasileira. In: SIMÕES, A.; ATHIAS, L.; BOTELHO, L. (orgs.). **Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais**: grupos populacionais específicos e uso do tempo. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018.

ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho. **Aplicación del Convenio sobre pueblos indígenas y tribales núm. 169 de la OIT**: Hacia un futuro inclusivo, sostenible y justo. Ginebra, Suíça: OIT, 2019.

ROSA, Marlise; REIS, Rodrigo. Povos indígenas em contextos urbanos na América Latina: algumas considerações a partir da realidade brasileira. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-39, jan./abr. 2023.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Fricção interétnica. In: FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1986, p. 495-498.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. O efeito “túnel do tempo” e a suposta inautenticidade dos índios atuais. In: COHN, Clarice. (org.). **O Diálogo dos 500 anos – Brasil-Portugal – Entre o Passado e o Futuro**. Rio de Janeiro: EMC, 2001, p. 247-286.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Brasil Colonial 1443-1580**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 167-228.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PEREIRA, Nilsa de Oliveira Martins. Avanços na captação de dados sobre a população indígena no Censo Demográfico 2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 33(2): 423–430, 2016.

PROGRAMA das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. **Housing indigenous peoples in cities: Policy guide to housing for indigenous peoples in cities**. Nairobi, Kenya: UN-HABITAT, 2008.

PROGRAMA das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos; ESCRITÓRIO do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos. **Urban Indigenous Peoples and Migration: A Review of Policies, Programmes and Practices**, Nairobi, Kenya: UN-HABITAT; OHCHR, 2010.

RAMOS, Alcida Rita. Revisitando a antropologia à brasileira. In: DIAS DUARTE, Luiz Fernando (org.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Barcarola, 2010, p. 25-49.

RAMOS, Alcida Rita. Indigenismo, um orientalismo americano. **Anuário Antropológico**, 37(1): 27-48, 2012.

REDE de Cooperação Amazônica. **Povos indígenas, mudanças climáticas e incidência política**. Disponível em: <<https://rca.org.br/mudancas-climaticas/#:~:text=Inc%C3%AAndios%20descontrolados%2C%20secas%20intensas%2C%20temperaturas,de%20alimentos%2C%20mas%20tamb%C3%A9m%20suas>>. Acesso em: 17 jan. 2023.

REIS, Rodrigo Oliveira Braga. Acesso de Indígenas ao Ensino Superior e Tecnológico no Alto Solimões – Amazonas: novos sujeitos e desafios para a produção do conhecimento científico. In: **Anais do XVII Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**, Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História das Ciências, 2020.

RIBEIRO, Rodrigo Barbosa. O racismo contra os povos indígenas: panorama dos casos nas cidades brasileiras entre 2003 e 2019. *Mana*, 28(2): 1-332, 2022.

ROSA, Marlise. **A mobilidade Warao no Brasil e os modos de gestão de uma população em trânsito**: reflexões a partir das experiências de Manaus-AM e de Belém-PA. Rio de Janeiro: E-papers, 2021.

ROSA, Marlise. A campanha de vacinação contra a Covid-19 em povos indígenas: exclusões, mobilização social e protagonismo das mulheres indígenas. In: ALARCON, Daniela Fernandes; PONTES, Ana Lúcia de Moura; CRUZ, Felipe Sotto Maior; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **A gente precisa lutar de todas as formas**: povos indígenas e o enfrentamento da Covid-19 no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2022a, p. 509-555.

ROSA, Marlise. “Isso é uma emergência!”: panorama da mobilização da Articulação dos Povos indígenas do Brasil (APIB) para o enfrentamento da Covid-19. In: ALARCON, Daniela Fernandes; PONTES, Ana Lúcia de Moura; CRUZ, Felipe Sotto Maior; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **A gente precisa lutar de todas as formas**: povos indígenas e o enfrentamento da Covid-19 no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2022b, p. 41-81.

SANTOS, Ricardo Ventura; GUIMARÃES, Bruno Nogueira; CAMPOS, Marden Barbosa de; AZEVEDO, Marta Maria do Amaral (org.). **Entre Demografia e Antropologia**: povos indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2019.

SANTOS, Ricardo Ventura; TEIXEIRA, Pery. O “indígena” que emerge do Censo Demográfico de 2010. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(6): 1048–1049, 2011.

SCHWARTZ, S. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. 4ª reimpressão ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Os relatórios antropológicos de identificação de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio. Notas para o estudo da relação entre antropologia e indigenismo no Brasil, 1968-1985. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João (org.). **Indigenismo e territorialização**: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998, p. 221-268.

VILARDAGA, José Carlos. Vilas e cidades em trânsito: assentamentos urbanos, agência indígena e fronteira colonial na formação do espaço platino (séculos XVI e XVII). *Anais do Museu Paulista*, 29: 1-28, 2021.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Etnologia brasileira. In: MICELI, Sergio (org.). **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré/ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999, p. 109-223.